



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

ISABELA DIAS BRAGA
CRISTIANE PARENTE DE SÁ BARRETO

**EDUCOMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POPULAR E DEMOCRACIA: A
EXPERIÊNCIA DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS**

BRASÍLIA - DF
2021

ISABELA DIAS BRAGA

**EDUCOMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POPULAR E DEMOCRACIA: A
EXPERIÊNCIA DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS**

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Comunicação Organizacional.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristiane Parente

BRASÍLIA - DF
2021

ISABELA DIAS BRAGA

**EDUCOMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO POPULAR E DEMOCRACIA: A
EXPERIÊNCIA DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS**

Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Comunicação Organizacional.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cristiane Parente

Aprovado em 10 de novembro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Cristiane Parente de Sá Barreto (FAC/UnB)
Orientadora

Prof^a Dr^a Elen Cristina Geraldes (FAC/UnB)
Membro Titular

Prof^a Dr^a Fabíola Orlando Calazans Machado (FAC/UnB)
Membro Titular

Gisele Pimenta de Oliveira (SECOM/UnB)
Membro Suplente

Dedico este trabalho aos jovens, crescidos ou não, que acreditam de alguma forma que suas ideias podem mudar o mundo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família. Especialmente aos meus pais, Darci Braga e Isabel Dias Brandão, que se sacrificaram e se dedicaram a minha formação desde meus primeiros anos de vida. Com eles, aprendi a valorizar a educação e somente com esse apoio cheguei onde estou hoje. Agradeço também ao meu irmão, Darci Braga Junior, que me inspira a dar o meu melhor, não somente como irmã mais velha, mas primordialmente como pessoa.

Sou grata também à minha segunda família, que são meus amigos. Foi com eles que compartilhei todos os momentos da graduação, dos mais desafiadores até os gloriosos. Desses, nunca me faltaram conselhos valiosos e palavras de incentivo. Ressalto minha gratidão à pedagoga Luana Alves, minha grande amiga pessoal, que me ajudou a revisar cada palavra escrita nesse documento com imenso cuidado e atenção.

Também agradeço pela oportunidade de trabalhar com o Parlamento Jovem Brasileiro na Câmara dos Deputados. Confesso que frente aos retrocessos que vivemos, por vezes o desânimo me abate. Mas dentro dessa instituição, reconheço seus bastidores e vejo a dedicação de todos aqueles que estão por trás dessa casa legislativa. Mais ainda, recupero minhas energias quando escuto cada deputado jovem falar sobre como suas ideias podem mudar nosso país, isso me faz lembrar que essa é a esperança que não podemos perder.

Além disso, percebo que ainda há um longo caminho pela frente, cheio de descobertas, juntamente com meus colegas de profissão, os quais são fundamentais para minha formação. Assim, deixo aqui meus agradecimentos especiais à jornalista e servidora Maíra Brito, que me ensinou tanto sobre o PJB, a cidadania e a comunicação pública. Esses aprendizados marcaram minha história e estarão comigo por onde eu passar.

Por fim, agradeço a todos os mestres que tive em minha vida. De alguns lembro somente de suas palavras de conforto durante a infância, de outros recordo com clareza dos conhecimentos obtidos durante a graduação. Admiro cada um pela nobre escolha de ensinar e principalmente, por me encorajarem a procurar a minha própria forma de mudar o mundo. Em especial, agradeço à professora Fabíola Calazans, que foi minha primeira orientadora, ainda na iniciação científica. Seus ensinamentos tornaram minha jornada de escrita mais leve. Da mesma forma, agradeço imensamente às professoras Cristiane Parente e Elen Geraldês, que orientaram este trabalho com tamanha dedicação. Foi uma honra tê-las ao meu lado.

Obrigada a todos por acreditarem em mim.

“Quem acredita em participação, estabelece uma disputa com o poder (...) assim, para realizar participação, é preciso encarar o poder de frente, partir dele e, então, abrir os espaços de participação” (Pedro Demo, 1993).

RESUMO

A Câmara dos Deputados é responsável por realizar uma série de iniciativas de educação para democracia que visam estimular a participação popular, contribuir para formação cidadã e aproximar a população do parlamento. Entre elas, está o Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) que se apresenta como uma oportunidade para estudantes do ensino médio simularem uma jornada parlamentar em Brasília. Durante esse processo, a instituição se propõe a incentivar a cidadania dos estudantes, sendo este um princípio do campo da educomunicação, área que atua na interface da educação e da comunicação. Dito isso, o objetivo central deste trabalho é verificar se o PJB se constitui como um projeto educutivo. Para isso, essa investigação usou três técnicas de pesquisa, sendo: revisão bibliográfica, análise qualitativa e entrevista semiestruturada. Concluiu-se que o projeto manifesta os valores, características e resultados tidos como fundamentais para educomunicação, contribuindo para consolidação do campo. Entretanto, para causar transformações sociais mais abrangentes é necessária sua aplicação de forma sistêmica.

Palavras-chave: democracia, participação política, protagonismo juvenil e educomunicação.

ABSTRACT

The Chamber of Deputies is responsible for carrying out a series of educational initiatives for democracy that aim to stimulate popular participation, contribute to citizenship education and bring the population closer to parliament. Among them is the Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) which presents itself as an opportunity for high school students to simulate a parliamentary journey in Brasília. During this process, the institution proposes to encourage the citizenship of students, which is a principle in the field of educommunication, an area that acts at the interface of education and communication. That said, the main objective of this work is to verify if the PJB is constituted as an educommunicative project. For this, this investigation used three research techniques: literature review, qualitative analysis and semi-structured interview. It was concluded that the project manifests the values, characteristics and results considered fundamental for educommunication, contributing to the consolidation of the field. However, to cause broader social transformations it is necessary to apply it in a systemic way.

Keywords: democracy, political participation, youth protagonism and educommunication.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - PESO DOS CRITÉRIOS AVALIADOS NA FASE ESTADUAL.....	24
QUADRO 2 - PESO DOS CRITÉRIOS AVALIADOS NA FASE NACIONAL.....	25
FIGURA 1 - PÁGINA INICIAL DO SITE DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO...	56
FIGURA 2 - MINIBIO DA DEPUTADA JOVEM ALINE REGINA.....	61
FIGURA 3 - WIKILEGIS DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO.....	63
FIGURA 4 - EXEMPLO DA PÁGINA DE PROPOSTA LEGISLATIVA.....	64
FIGURA 5 - PÁGINA INICIAL DO AUDIÊNCIAS INTERATIVAS.....	67
FIGURA 6 - PÁGINA INICIAL DO EXPRESSÃO.....	68
FIGURA 7 - EXEMPLO DE FILIPETA, MATERIAL IMPRESSO.....	70
FIGURA 8 - EXEMPLO DE BANNER PARA REDES SOCIAIS.....	70
QUADRO 3 - FORMAÇÃO DA MESA DIRETORA POR EDIÇÃO E REGIÃO.....	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO.....	15
1.1 Sobre o Parlamento Jovem Brasileiro.....	15
1.2 História e aspectos legislativos.....	16
1.3 Profissionais envolvidos.....	18
1.3.1 Comissão Organizadora.....	18
1.3.2 Comissão Executiva.....	19
1.3.3 Secretarias de Educação e Consed.....	20
1.3.4 Equipe pedagógica e professores orientadores.....	20
1.4 Processo Seletivo.....	21
1.4.1 Critérios de Participação.....	22
1.4.2 Vagas Ofertadas.....	23
1.4.3 Pré-seleção Estadual.....	23
1.4.4 Seleção Final.....	25
1.5 Jornada Parlamentar.....	26
1.6 Projetos Apadrinhados.....	30
1.7 Influência para os egressos.....	32
2 DISCUSSÃO TEÓRICA.....	36
2.1 Democracia e cidadania.....	36
2.2 Juventude e participação política.....	39
2.3 Educomunicação: um campo de possibilidades.....	46
3 ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO.....	55
3.1 Portal Câmara.....	55
3.2 Redes sociais.....	58
3.3 PJB Participe.....	60

3.3.1 Jovens Deputados.....	61
3.3.2 Wikilegis.....	63
3.3.3 Propostas do PJB.....	64
3.3.4 Audiências Interativas.....	65
3.3.5 Expressão.....	67
3.4 Coordenadores Estaduais.....	69
4 ENTREVISTAS.....	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	94

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, um problema que aflige diversos países ao redor do mundo é a crise das democracias representativas (KIERECZ, 2016). Esse regime político se consolidou com a promessa de valorização do interesse social e da participação popular, entretanto, o que se observa é o crescente descontentamento da população com a classe governante e o constante alargamento de crises políticas, que afetam até mesmo as nações consideradas mais estáveis. Essa insatisfação coletiva, catalizada pelo distanciamento aos processos governamentais e a ascensão de movimentos extremistas, acaba por gerar constantes questionamentos e ataques quanto à legitimidade das instituições públicas.

Como descrito no segundo capítulo desta monografia, no Brasil não seria diferente. O que se identifica na população civil, dada a descrença com a política institucional, é um deslocamento das formas de participação formais para outras menos convencionais, como a mobilização nas redes sociais e as manifestações de rua (KIRSCHKE, 2005 apud CORROCHANO, 2018). Até mesmo os grupos vistos pelo senso comum como mais propensos à apatia, como os jovens, mostram que estão sim interessados na política, mas que procuram por soluções acessíveis e consideradas mais efetivas no cotidiano (PARTICIPATÓRIO, 2013). Apesar dessas iniciativas serem importantes e pressionarem a esfera pública por transformações sociais, esse fenômeno é problemático na medida que para se conquistar mudanças políticas mais abrangentes e sólidas ainda é necessário conquistar espaço dentro das instituições representativas.

Partindo da necessidade de corrigir esse distanciamento com a população e possibilitar ações mais democráticas, o parlamento brasileiro instituiu diversos espaços de participação popular. Para Maria Raquel Mesquita Melo (2008), entre seus objetivos também está o de melhorar a imagem do poder legislativo, dar credibilidade aos trabalhos políticos, estimular a participação por meio de canais institucionais e contribuir para formação política dos cidadãos, contemplando o princípio da educação para democracia.

Entre os programas criados, está o Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) da Câmara dos Deputados. Assim como é contemplado no primeiro capítulo, esse se apresenta como a oportunidade de estudantes de todo o Brasil irem ao Congresso Nacional para simular uma jornada parlamentar. Desde o processo seletivo, novos conhecimentos são adquiridos de forma espontânea por meio das pesquisas do próprio estudante para elaboração de um projeto de lei. Para essa escrita é necessário o aprofundamento em dados referentes à temática trabalhada e aos mecanismos legislativos, assim, o embasamento também se mostra

fundamental para o estímulo ao pensamento crítico. Já em Brasília, quando a simulação realmente começa, os estudantes vivenciam não somente os trabalhos de um deputado na prática, mas também se abrem para novas experiências de participação cidadã.

Contudo, uma questão que surge durante a investigação é quanto à competência de um parlamento em educar. Conforme respondido no capítulo 2, toda essa discussão se articula com o campo da educomunicação¹, que habilita as casas legislativas em seu propósito educativo e informacional. Reunindo o conhecimento de duas grandes áreas das Ciências Humanas, a educação e a comunicação, este se apresenta como uma possibilidade para novas formas de aprendizagem na sociedade da informação do século XXI. Constituindo-se a partir de um novo olhar sobre o processo educativo, o uso dos meios de comunicação e a apropriação de linguagens para a expressão dos alunos como indivíduos autônomos, capazes de exprimirem suas ideias e opiniões.

Quando pensado no contexto do parlamento federal, todo esse processo busca incluir o povo nas discussões políticas que afetam diretamente seu cotidiano, prezando pelo exercício da cidadania como elemento fundamental para a manutenção da democracia. Partindo do entendimento que características condizentes à educomunicação podem se manifestar nas iniciativas institucionais da Câmara dos Deputados, a qual se propõe a aplicá-las, indaga-se nesta pesquisa a respeito da caracterização do PJB como um projeto educutivo. Por essa razão, adota-se como objetivo geral desta pesquisa a pergunta: “Se e como o Parlamento Jovem Brasileiro constitui como um projeto de educomunicação?”. Para responder essa questão, também foram definidos três objetivos específicos, sendo estes: 1. Desenvolver uma base argumentativa como referencial teórico; 2. Descrever os espaços de participação presentes no PJB e 3. Analisar as experiências de participação dos egressos da simulação.

Dito isso, esta pesquisa se estruturou a partir de uma metodologia qualitativa. De acordo com Dezin e Lincoln (2006), o valor desse método reside na capacidade de analisar os significados que os indivíduos conferem aos fenômenos sociais, compreendendo com profundidade seus processos.

Os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance. Entende-se, contudo, que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo. Logo,

¹ Sendo definido como “o conjunto de ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo, desta forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas” (SOARES, 2011, p. 22).

geralmente existe um compromisso no sentido do emprego de mais de uma prática interpretativa em qualquer estudo. (DEZIN; LINCOLN; 2006, p. 17)

Por isso, ainda para atender aos objetivos específicos citados, foram utilizadas três técnicas de pesquisa, sendo revisão bibliográfica, análise qualitativa dos espaços de participação e entrevista semiestruturada. Sobre a primeira, entende-se que essa é fundamental para agregar os conhecimentos já construídos da área investigada. Isso permite que o pesquisador se integre a respeito dos saberes produzidos até então acerca do seu objeto de estudo, conforme Gil:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL, 2008)

Nesta monografia, o primeiro e o segundo capítulo dedicam-se à pesquisa bibliográfica. No primeiro é apresentado o Parlamento Jovem Brasileiro e já no segundo, reúne-se parte da discussão acadêmica sobre o estatuto da democracia brasileira, o protagonismo político da juventude e o campo da educomunicação, juntamente com outras temáticas correlatas. Ademais, entende-se que, além da descrição do PJB e do detalhamento da jornada parlamentar, abordado no primeiro capítulo, certos componentes e ferramentas nos auxiliam a entender melhor os valores da educomunicação que estão envolvidos dentro do parlamento jovem. Para isto, no terceiro capítulo, são avaliados três momentos do projeto: a produção de conteúdo do site do Parlamento Jovem Brasileiro no Portal Câmara, as plataformas utilizadas pelos estudantes durante a pandemia e o momento de treinamento dos coordenadores estaduais em Brasília. Essa etapa alinha-se à metodologia qualitativa, já descrita anteriormente.

Para finalizar, a última etapa metodológica foram as entrevistas semiestruturadas. Gil (2008) afirma que essa é uma técnica que visa à obtenção de dados para responder aos questionamentos gerados pela investigação. Nela, o pesquisador formula perguntas, de acordo com seus objetivos definidos, e as conduz por meio de um diálogo com os entrevistados. Com ela é possível compreender o objeto de pesquisa a partir da vivência dos sujeitos:

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes. (Selltiz apud Gil, 2008)

Essa técnica empírica também se relaciona com a discussão teórica proposta. Pois, compreende-se que um dos maiores princípios da educomunicação é justamente o processo coletivo e conjunto de aprendizagem (SOARES, 2000) e, para isso, é fundamental a coleta de relatos dos próprios egressos do projeto acerca de suas experiências no PJB, avaliando eixos específicos, que serão descritos mais à frente. Como público-alvo, a vivência desses deputados jovens é ponto fundamental de análise para pesquisa. Para além dessa justificativa metodológica, reconhecemos esses sujeitos como protagonistas do processo educacional e portadores de importantes vozes a serem ouvidas. Para Cremilda Medina (2003), as perspectivas que encontramos por meio das entrevistas são formas de se lançar novos olhares sobre o cotidiano e encontrar formas de diálogo possíveis com os indivíduos para compreendermos profundamente os fenômenos sociais.

É importante pontuar que, devido ao caráter de atualidade, essa monografia se preocupa em apresentar a ótica da edição mais recente realizada, o PJB 2020, que também se destaca por seu caráter de exceção, visto que, foi realizada virtualmente devido a pandemia de Covid-19. Contudo, jamais é abandonada a condição comparativa em relação às edições anteriores, fundamental para avaliação do objeto de pesquisa. A seguir, o primeiro capítulo.

1. PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO

1.1. Sobre o Parlamento Jovem Brasileiro

O Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) é um projeto de simulação da jornada parlamentar para alunos do ensino médio realizado pela Câmara dos Deputados. Criado em 2003, seu objetivo é estimular o interesse e a participação dos jovens nas atividades políticas cotidianas por meio do conhecimento sobre processo legislativo nacional. Segundo seu regulamento de participação, denominado “Guia do PJB”, o programa se propõe a engajar estudantes de ensino médio nas pautas políticas cotidianas, mediante o conhecimento de seus direitos e deveres. Para que, dessa forma, possam “contribuir para o desenvolvimento de uma das dimensões de nossa cidadania, que é o conhecimento sobre como se organiza a nossa democracia representativa, assim como a importância da participação e do controle social” (PORTAL CÂMARA, 2020).

Anualmente é realizado um processo seletivo composto por duas fases entre alunos do ensino médio de todo o Brasil. Para aprovação, é necessário que o jovem submeta um projeto de lei (PL), que consiste em uma redação legislativa acerca da solução para algum problema social. Isto é, o aluno deverá propor uma política pública nacional que resolva a problemática encontrada. Ao todo, 78 estudantes são selecionados e recebem o convite de vir a Brasília, custeados pela Câmara dos Deputados, para vivenciarem na prática os desafios da jornada parlamentar, garantindo, por meio dessa experiência, os mecanismos necessários para a busca por uma vivência em sociedade mais consciente e autônoma.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o Parlamento Jovem Brasileiro para, posteriormente, analisar se este se constitui como um instrumento de educação para democracia. Para isso, a partir de uma pesquisa exploratória, abordaremos a história da iniciativa, os profissionais envolvidos em sua organização e execução, as etapas do processo seletivo, detalhes acerca da jornada parlamentar realizada em Brasília, os projetos apadrinhados por deputados federais e, por fim, relatos dos egressos sobre a influência do Parlamento Jovem para sua formação política.

Nessa seção, trabalhou-se com os arquivos disponibilizados pela própria Câmara dos Deputados. Tanto em relação ao Portal Câmara, como também as redes sociais do PJB, mantidas pela instituição. Entre a produção acadêmica, foram utilizados artigos vinculados ao Programa de Pós-Graduação do CEFOR (Centro de Formação da Câmara dos Deputados), como os estudos de Maria Raquel Mesquita Melo (2008) e Lúcio Meireles Martins e Antonio

Teixeira de Barros (2018). Diante dos esclarecimentos, segue a história do projeto e os aspectos legislativos implicados para sua criação.

1.2. História e aspectos legislativos

Proposto em 2003, o Parlamento Jovem Brasileiro teve sua primeira edição organizada em 2004 e contou até o ano de 2020² com 17 edições realizadas. Ou seja, mais de mil estudantes de todas as regiões do Brasil já tiveram a oportunidade de se aprofundar nas questões políticas nacionais e conhecer de perto os bastidores do processo legislativo brasileiro direto do Congresso Nacional.

O então deputado Lobbe Neto (PSDB-SP) foi o idealizador da iniciativa. Durante sua legislatura³, participou de comissões ligadas à educação e à juventude. Ao lado de colegas parlamentares, integrou também a Comissão Executiva do PJB em diversas edições e é o deputado que mais apadrinhou projetos de lei dos jovens parlamentares, como visto na seção Projetos Apadrinhados⁴. Em uma *live*⁵ exibida no perfil do Instagram do Parlamento Jovem Brasileiro, o ex-deputado explicou um pouco mais sobre sua decisão de instituir um programa de participação para juventude:

Vi que o jovem tem que participar mais. Esse projeto é uma semente para que o jovem participe e exerça a democracia na sua plenitude, conheça como se faz a lei, como é a democracia, valorize o parlamento brasileiro e municipal, e com isso, mais jovens participarão da democracia e das atividades. Serão ativistas, ou diretamente disputando cargos de vereador, prefeito e deputado, ou apenas em algumas ações de ativismo. (NETO, 2020)

Com essa idealização, a sugestão inicial foi desenvolver um programa de educação para política que aproximasse a juventude do parlamento brasileiro, como forma de promoção da cidadania. Apesar da proposta inovadora no âmbito federal brasileiro, outras simulações legislativas com estudantes já eram reconhecidas em nível continental, como o European Youth Parliament (EYP). Criado em 1987, o EYP reúne estudantes de cerca de 32 países da Europa para uma jornada parlamentar que dura até duas semanas. O programa é prestigiado como o modelo ideal de formação cívica para juventude e sua estrutura inspirou iniciativas institucionais em diversos países, como o Brasil. Antes do desenvolvimento do PJB, o país já contava com projetos semelhantes em nível estadual, como é o caso do “Deputado por um

² Última edição do projeto.

³ Mandatos: 2003-2007; 2007-2011 e 2015-2019.

⁴ De forma breve, o apadrinhamento é um mecanismo no qual um deputado federal pode submeter à Câmara dos Deputados um projeto de lei criado por um estudante, desde que seja de interesse de ambas as partes.

⁵ Transmissão ao vivo.

dia” da Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul e o Parlamento Jovem Paulista, ambos criados em 1999 (MARTINS e BARROS, 2018).

Apesar de não ter sido o primeiro, a decisão de criar um parlamento jovem em nível federal comprova o interesse da Câmara dos Deputados em incentivar a juventude e integrar as iniciativas estaduais, visto que muitos estudantes que participam da modalidade federal acabam se interessando pela estadual, ou vice-versa. Da ideia inicial para o projeto que foi aprovado, alguns aspectos foram repensados, como destacado pelos pesquisadores do CEFOR:

Previa-se inicialmente um projeto a ser desenvolvido em parceria com as instituições representativas estudantis, UNE e UBES, que promoveriam a seleção por meio de eleições abertas aos estudantes. Percebe-se assim que o objetivo inicial do projeto era formar líderes políticos, dada a intenção de se vincular ao movimento estudantil. Também previa-se alternância de turmas do Ensino Médio e do Ensino Superior a cada ano. Porém, já a primeira edição do projeto, em 2004, foi iniciada com outra configuração, bastante semelhante ao formato atual, direcionado aos jovens do Ensino Médio e com seleção realizada por meio de concurso de redação legislativa. (MARTINS e BARROS, 2018, p. 58)

Em termos legais, o PJB estabeleceu-se por meio da Resolução da Câmara dos Deputados nº 12, de 2003, que dispõe sobre sua criação e explicita seu propósito primário. Em seu art. 2º, é dito que “o Parlamento Jovem tem por finalidade possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático mediante participação em uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados, com diplomação, posse e exercício do mandato.” (BRASIL, 2003). A partir desse ideal, possui caráter instrutivo e viabiliza por meio da prática cidadã o acesso aos processos democráticos, elucidando o papel do Poder Legislativo mediante a experiência parlamentar. O programa também é regulamentado pelo Ato da Mesa nº 49, de 2004, que institui o Regimento Interno do Parlamento Jovem Brasileiro (RIPJB) e assegura suas atividades e despesas.

Atualmente, mantém um formato similar com o proposto pelos normativos apresentados. Com ressalva para edição 2020, que precisou se adaptar ao modelo virtual devido à pandemia de Covid-19. A doença, provocada por uma nova espécie de coronavírus, foi descoberta no final de 2019 e expandiu-se rapidamente pelo mundo. Sua alta taxa de transmissibilidade infectou milhares de pessoas simultaneamente, pressionando o sistema de saúde (público e privado) de todos os continentes. Com vacinas em fase de desenvolvimento, sem disponibilidade de tratamento para todos os infectados e visando frear a curva de contágio, a Organização Mundial da Saúde (OMS)⁶ definiu como método preventivo o

⁶ No Brasil, esta prática foi defendida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) por meio da recomendação nº

isolamento social. Dessa forma, milhões de estudantes de todo o mundo passaram a exercer suas atividades de forma remota, isolados em casa. Apesar dessa circunstância, o PJB conseguiu manter seu conteúdo pedagógico e as atividades legislativas, que seriam trabalhadas de forma presencial, ajustando-as para o formato virtual.

Desde sua criação, o PJB é valorizado na Câmara dos Deputados e visto como um modelo de formação política. Em carta enviada para sessão de posse dos parlamentares jovens 2020, o então presidente da Casa Legislativa, Rodrigo Maia (DEM-RJ) ressaltou a excelência do Parlamento Jovem Brasileiro como “um dos mais importantes programas de educação para a cidadania” e aconselhou os jovens deputados, “quanto mais vocês compreenderem o mundo ao seu redor, melhor saberão exercer seu papel como cidadãos. A participação do parlamento jovem vai durar apenas alguns meses, mas a valorização da democracia e o desejo de trabalhar pelo bem comum, isso, vocês poderão continuar desenvolvendo por toda a vida”. (MAIA, 2020).

À vista desse incentivo institucional e após os esclarecimentos sobre história do PJB e os trâmites legais que viabilizam sua estruturação, são apresentados os profissionais envolvidos em sua execução no tópico seguinte.

1.3. Profissionais envolvidos

1.3.1. Comissão Organizadora

Para garantir o bom desempenho do projeto, diversos profissionais estão envolvidos em sua organização. No âmbito federal, há o destaque para os profissionais da educação e da comunicação. O planejamento e execução do projeto é feito em conjunto por dois setores da Câmara dos Deputados, sendo estes o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR) e a Secretaria de Participação, Interação e Mídias Digitais (SEMID). O primeiro está relacionado com a parte pedagógica, produzindo potenciais materiais didáticos, elaborando e supervisionando os eventos e atividades realizadas durante todo o programa, desde a fase de inscrições até a etapa presencial. Já o segundo, encarrega-se da elaboração de estratégias de divulgação, implementação do plano de comunicação, interação com a população por meio de plataformas virtuais e ações logísticas necessárias para realização da jornada parlamentar. A expectativa é que, para a próxima edição do PJB, haja uma reformulação acerca da integração dessas áreas, sendo lotadas pela Escola da Câmara.

Outros setores da instituição também participam da aplicação do programa, desde a avaliação durante o processo seletivo até a consultoria legislativa durante os eventos e formalidades da jornada presencial. Segundo o art. 40 do Ato da Mesa nº 49/04 é dito que:

No desenvolvimento de seus trabalhos, as Comissões Temáticas e o Plenário do Parlamento Jovem Brasileiro contarão com a assistência de servidores da Secretaria-Geral da Mesa (SGM); do Departamento de Comissões (DECOM); do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR); e da Consultoria Legislativa (CONSLEG). (BRASIL, 2004)

Eventualmente, caso seja necessário, outros profissionais de setores distintos da Casa também se disponibilizam para auxiliar de forma colaborativa a execução do programa e garantir a melhor experiência possível para os estudantes simulantes.

1.3.2. Comissão Executiva

O programa também conta com uma Comissão Executiva, composta por deputados federais e definida anualmente para cada edição. Na prática, os parlamentares são indicados por servidores da Câmara a partir de um levantamento, no qual são selecionados os congressistas que se interessam por temas ligados à juventude e à educação. A Comissão Executiva apresenta grande diversidade em relação à representação regional, partidária, étnica e de gênero. O documento com os nomes escolhidos é entregue para avaliação à presidência da Casa, que deverá cumprir a prerrogativa descrita no § 1º do art. 6º da Resolução nº 12/03, “o Presidente da Câmara dos Deputados nomeará uma Comissão Executiva, composta por Deputados Federais, encarregada de implementar todos os procedimentos necessários à realização da sessão do Parlamento Jovem” (BRASIL, 2003).

Na última edição do PJB, no ano de 2020, os seguintes deputados federais constituíram a Comissão Executiva (PORTAL CÂMARA, 2021c): Áurea Carolina (PSOL-MG), Efraim Filho (DEM-PB), Joenia Wapichana (REDE-RR), Luisa Canziani (PTB-PR), Orlando Silva (PCdoB-SP), Paula Belmonte (CIDADANIA-DF), Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), Rubens Otoni (PT-GO), Silvia Cristina (PDT-RO), Tabata Amaral (PDT-SP) e Vander Loubet (PT-MS). Além da participação nas sessões legislativas, ao final do programa os deputados podem apadrinhar os projetos de lei apresentados pelos estudantes, submetendo-os como uma proposta legislativa oficial.

1.3.3. Secretarias de Educação e Consed

No Brasil, a responsabilidade pelo Ensino Médio é dos estados⁷. Por essa razão, no âmbito estadual conta-se com a colaboração do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e das Secretarias Estaduais de Educação, que possuem a missão de divulgar regionalmente o Parlamento Jovem Brasileiro e realizar sua primeira etapa de seleção. Para auxiliar e otimizar a difusão do projeto, a Câmara dos Deputados produz e disponibiliza os materiais informativos⁸ necessários a serem compartilhados com o público, fortalecendo a imagem e a comunicação do programa. Do mesmo modo, intermediado por essas instituições, cada estado define um representante, conhecido como Coordenador Estadual do PJB. Esse servidor é responsável por promover o projeto nas escolas, supervisionar a fase de pré-seleção estadual e acompanhar o(s) aluno(s) selecionado(s) durante a experiência presencial do programa em Brasília. Além de participar por um importante momento de formação na Câmara dos Deputados, como é descrito no terceiro capítulo.

1.3.4. Equipe pedagógica e professores orientadores

Outro grupo bastante importante se encarrega de auxiliar na divulgação, orientar para o processo seletivo e engajar os alunos a se inscreverem. Este vínculo não-institucional está nos colégios, onde a equipe pedagógica e os professores assumem o papel decisivo de abordar o programa em sala de aula, incentivar os alunos a participarem e conduzir a escrita do projeto de lei. Inclusive, algumas escolas adotaram o PJB em sua cultura pedagógica-organizacional de tal forma que mantém a tradição anual de serem representados por seus alunos em Brasília.

Um exemplo de grande destaque desse fenômeno é a Escola SESI Djalma Pessoa, situada em Salvador, capital da Bahia. Todo ano, a instituição apresenta diversos alunos pré-selecionados na fase seleção estadual e carrega o legado de ser a instituição com a maior quantidade de deputados jovens no total. Até a edição de 2020, contava com 27 deputados jovens entre os ex-participantes do PJB. Em uma *live* realizada no Instagram do Parlamento Jovem Brasileiro no dia 14 de agosto de 2020 sobre o balanço da pré-seleção estadual, o professor de sociologia Leandro Passos aponta os motivos para participação histórica. Segundo o educador, o colégio prepara seus alunos não somente para o mercado de trabalho

⁷ Ressalta-se que outras estruturas para esta modalidade de ensino também estão presentes no PJB, como é o caso dos Institutos Federais, Colégios de Aplicação (instituições de ensino ligadas às universidades federais) e escolas particulares.

⁸ Exemplos desses materiais se encontram no item 4.4 Coordenadores Estaduais.

como também para a vida cívica em sociedade, “o Parlamento Jovem acaba sendo um agregador, é uma excelente oportunidade que a gente tem de transgredir o muro da escola e mostrar que a dimensão teórica, que é sempre muito abordada na escola, pode ser aplicada” (PASSOS, 2020).

A partir desse ponto de vista, é possível reconhecer a importância do PJB para trabalhar, dentro e fora da sala de aula, fundamentos essenciais para a cidadania. Mesmo sem a garantia de uma vaga no programa, o trabalho empenhado por alunos e professores durante a elaboração do PL para submissão no processo de seleção se prova como uma oportunidade para o aprendizado cidadão. Essa qualidade promovida pelo processo seletivo é intencional, como observado a seguir.

1.4. Processo Seletivo

Utiliza-se para análise dos trâmites relativos ao processo seletivo o Guia do PJB (PORTAL CÂMARA, 2020). O documento está disponível no sítio eletrônico do PJB no Portal Câmara, tornando público o propósito do projeto e os detalhes acerca das fases de seleção. Ao final, também apresenta de forma didática e acessível as partes essenciais de um projeto de lei e os modelos dos normativos utilizados durante a avaliação, com o objetivo de democratizar o acesso ao conhecimento sobre a escrita legislativa.

Antes mesmo da jornada parlamentar, ainda no processo seletivo é possível notar que propositalmente competências pedagógicas são trabalhadas a fim de assegurar que a educação política consiga ser assimilada por todos aqueles que buscam a participação no Parlamento Jovem. Assim como um deputado federal, os alunos devem olhar para sua realidade e identificar um problema a ser resolvido por meio de políticas públicas. É durante essa etapa que os jovens escrevem seu projeto de lei, que deve ser submetido para seleção, para isto, devem se aprofundar no tema escolhido para encontrar soluções e defendê-las por meio de uma justificativa. Desde esse momento inicial, os alunos já são desafiados a desenvolver sua capacidade analítica e aplicar o senso crítico, coletando dados concretos e encontrando soluções factíveis acerca da questão abordada.

As habilidades estimuladas durante o processo seletivo estão intimamente ligadas com as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), um dos principais documentos norteadores da educação básica no país. Dentre suas dez competências gerais estão: 1. Conhecimento; 2. Pensamento científico, crítico e criativo; 3. Repertório cultural; 4. Comunicação; 5. Cultura digital; 6. Trabalho e projeto de vida; 7.

Argumentação; 8. Autoconhecimento e autocuidado; 9. Empatia e cooperação; 10. Responsabilidade e cidadania (BRASIL, 2018). Manifestando seu caráter pedagógico em alinhamento com as diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento da educação nacional, o PJB também contribui para o exercício das competências avaliadas na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como o “domínio da linguagem, compreensão de fenômenos, enfrentamento de situações-problema, construção de argumentação e elaboração de propostas” (PORTAL CÂMARA, 2020).

1.4.1. Critérios de Participação

Para participação e aprovação no processo seletivo do Parlamento Jovem, o estudante precisa atender determinados requisitos. Apesar de não haver grandes exigências, uma questão em específico gera questionamento. Segundo o Guia do PJB (PORTAL CÂMARA, 2020), os seguintes requisitos são necessários para participação:

- I. Ter entre 16 e 22 anos;
- II. Estar matriculado(a) e frequentando regularmente o ensino médio, tanto da rede pública quanto da rede particular;
- III. Alunos que participam das seguintes modalidades de ensino médio também podem participar: ensino técnico integrado ao ensino médio e nos programa de EJA (educação de jovens e adultos);
- IV. Não ter participado de outras edições do Parlamento Jovem.

Embora este regulamento seja bastante claro em relação aos critérios de participação, observam-se divergências em relação ao instrumento normativo que dispõe sobre a criação do Parlamento Jovem quanto às modalidades de ensino envolvidas. De acordo com o § 2º do art. 2º da Resolução nº 12/2003:

O Parlamento Jovem será constituído, alternadamente, por alunos do ensino médio e da educação superior, devidamente matriculados, em idade própria, escolhidos em processo eleitoral realizado sob a responsabilidade dos órgãos de representação estudantil de cada unidade da Federação (grifo próprio). (BRASIL, 2003)

Como observado, há uma sutil discordância entre os documentos oficiais do projeto. Este impasse ocorre devido às definições estruturais do programa, que inicialmente foi aprovado para ambas as modalidades⁹, mas que atualmente tem como público-alvo apenas estudantes do ensino médio. O próprio Ato da Mesa, no art. 42, dá autonomia aos servidores para tomarem decisões no que se diz respeito à melhoria do projeto: “Os casos omissos neste Regimento serão decididos pela Comissão Organizadora.” (BRASIL, 2004). Apesar do

⁹ Como apresentado em “História e aspectos legislativos”.

respaldo normativo, evidencia-se a necessidade de revisão e atualização dos documentos oficiais.

1.4.2. Vagas Ofertadas

Como contemplado pela Resolução nº 12/2003, o art. 4º do instrumento normativo citado afirma que “o número total de membros do Parlamento Jovem, assim como o de representantes eleitos por cada Estado e pelo Distrito Federal, deverá ser equivalente ao de Deputados Federais” (BRASIL, 2003).

Ou seja, na bancada da Câmara dos Deputados a quantidade de representantes de cada unidade federativa é proporcional ao tamanho de sua população. No Parlamento Jovem acontece de forma semelhante, havendo uma relação de equivalência entre a quantidade de projetos selecionados e a quantidade de deputados federais. No regime atual, há 513 deputados federais e por isto, 78 jovens são convidados a participar do projeto.

1.4.3. Pré-seleção Estadual

Diante da quantidade de vagas ofertadas, os jovens devem submeter seu projeto de lei para competir com outros estudantes do próprio estado por uma vaga no Parlamento Jovem. Essa primeira etapa do processo seletivo é realizada com autonomia pelas Secretarias de Educação de cada estado, que devem avaliar quais projetos seguirão para a fase final na Câmara dos Deputados. O resultado desta pré-seleção deverá representar um total quatro vezes maior do que a seleção final. Exemplificando, como o Distrito Federal possui uma vaga para deputado jovem, são selecionados até quatro projetos na fase de pré-seleção estadual.

Antes da análise do projeto de lei, é avaliado se o estudante atende a todos os critérios de participação e se enviou todos os documentos necessários para participação no processo seletivo. Em seguida, a coordenação estadual analisa as proposições recebidas e atribui uma nota de acordo com três eixos avaliados: justificativa, relevância para sociedade e técnica legislativa. Cada tópico recebe uma nota de zero a cinco que é multiplicada pelo peso de cada critério, como ilustrado a seguir.

QUADRO 1 – PESO DOS CRITÉRIOS AVALIADOS NA FASE ESTADUAL

Critério de Avaliação	Peso
Justificativa da proposição	3
Relevância para sociedade	2
Técnica legislativa	1

Fonte: Guia do PJB (PORTAL CÂMARA, 2020)

Diante dos pesos, é possível perceber que o Parlamento Jovem privilegia os projetos que possuem uma boa justificativa, sendo necessário para isto um aprofundamento no tema trabalhado e uma pesquisa com dados sólidos. A relevância para sociedade também é valorizada e recebe atenção quando articulada com os dados da justificativa. Esses dois aspectos prioritários, a justificativa e a relevância para sociedade, se relacionam respectivamente com a competência “Argumentação” e “Responsabilidade e Cidadania” da BNCC (2018), como apresentada. É importante destacar, como posto no Guia do PJB, que:

O processo de inscrição e seleção para o PJB tem caráter meramente cultural e pedagógico, e não possui o mesmo rigor de um concurso público, nem segue as regras próprias desse tipo de certame. O objetivo da Câmara dos Deputados e das Secretarias de Educação com o PJB é difundir os conhecimentos sobre o Poder Legislativo e sua importância para o desenvolvimento da cidadania e da participação social. (PORTAL CÂMARA, 2020, p. 14)

Devido a essa motivação, apesar de ser temido pelos estudantes, a técnica legislativa é o critério que possui menos peso. Por se tratar de uma avaliação pedagógica que privilegia a problemática encontrada pelo estudante, a técnica acaba sendo menos significativa em comparação com outros aspectos. No site do projeto é posto que a jornada está muito mais relacionada a uma reflexão crítica sobre a sociedade do que uma adaptação aos moldes legislativos vigentes. Assim, “o convite não é para que os deputados jovens imitem comportamentos, ações, discursos e atitudes dos representantes atuais, mas que possam desenvolver este papel pensando: que tipo de representante eu gostaria de ser?” (PORTAL CÂMARA, 2021a). Lembrando que o direito de falar e ser ouvido é um fundamento educacional e uma conquista assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁰. Ao final da análise dos projetos de lei, as notas são calculadas a partir de uma média ponderada e os pré-selecionados, que seguem para fase final, têm os nomes divulgados pelas Secretarias de Educação e pela Câmara dos Deputados, de acordo com o calendário oficial.

¹⁰ BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 27 jul. 2021

1.4.4. Seleção Final

Já a segunda parte do processo seletivo é a seleção final, no qual servidores que trabalham na área legislativa da Câmara dos Deputados são os responsáveis por analisar e definir os melhores projetos. A seguir, exibem-se os critérios avaliados nessa fase de seleção.

QUADRO 2 - PESO DOS CRITÉRIOS AVALIADOS NA FASE NACIONAL

Critério de Avaliação	Peso
Originalidade	4
Justificativa de proposição	3
Clareza, precisão e ordem lógica	2
Relevância para sociedade	1
Uso adequado da língua escrita	1
Proposição de âmbito nacional	1
Técnica legislativa	1

Fonte: Guia do PJB (PORTAL CÂMARA, 2020)

Segundo o documento de orientação divulgado pela Câmara, fica esclarecido o objetivo de cada aspecto analisado e as dicas para como se dar bem em cada um (PORTAL CÂMARA, 2020). Sobre originalidade, é importante que a proposição seja inusitada e que não haja outra proposta parecida que tenha sido apresentada. Nesse critério é identificado se o projeto possui plágio, que ocorre quando uma ideia é copiada de outro lugar. Esse é o critério mais valorizado na seleção do Parlamento Jovem: a habilidade de criar ideias novas para problemas atuais.

O segundo ponto que mais rende pontos é a justificativa, assim como na fase estadual, é importante que o aluno defenda seu projeto usando argumentos plausíveis e dados concretos. Além de mostrar a relevância do assunto, é uma forma pedagógica de o aluno se aprofundar no tema e em técnicas de pesquisa. O terceiro ponto mais bem avaliado é o que se refere à clareza, precisão e ordem lógica. Esse aspecto valoriza os mecanismos necessários para o bom entendimento de um texto, ponto crucial para a boa interpretação de uma lei e que previne brechas em relação à ambiguidade de uma norma.

Por fim, os quatro itens restantes aparecem com o mesmo peso, são eles: uso adequado da língua escrita, proposição de âmbito nacional, relevância para sociedade e técnica legislativa. Apesar de não terem grande peso, esses pontos são essenciais para a discussão de

uma lei na Câmara dos Deputados. Acerca do primeiro, é fundamental que o estudante domine os mecanismos linguísticos adequados para a escrita de texto formal, como acentuação, pontuação e sintaxe. Nisto, ele pode contar com a orientação de um professor de língua portuguesa, por exemplo. Sobre o segundo, é importante destacar que no Parlamento Jovem Brasileiro, assim como nos trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados, são discutidas propostas de âmbito nacional, ou seja, as propostas devem interessar a todas as unidades da federação, atingindo o país inteiro. Por isso, é importante que o aluno esteja atento se seu projeto realmente tem impacto federal. E por último, a técnica legislativa é necessária para adequar as ideias no formato normativo correto. Como ressaltado anteriormente, o processo seletivo é um instrumento pedagógico e não segue o mesmo rigor visto em um concurso público, por exemplo.

Depois de atribuída uma pontuação, as notas individuais são calculadas a partir de uma média ponderada e chega-se aos selecionados. A etapa nacional finaliza com a divulgação dos resultados, por meio dos sites das Secretarias de Educação de cada estado e pelo Portal Câmara. Em seguida, o aluno deverá confirmar sua participação e realizar a matrícula, fornecendo os dados necessários para participação no programa. Desse modo, está habilitado a participar da etapa presencial, a tão esperada jornada parlamentar.

1.5. Jornada Parlamentar

Após o resultado do processo seletivo que normalmente dura cerca de três meses, os selecionados finalmente entram na expectativa para viagem a Brasília, onde ocorre a jornada parlamentar. É importante pontuar que as despesas relativas ao transporte, hospedagem e alimentação são custeadas pela Câmara dos Deputados para que, independentemente das condições financeiras, todos os selecionados possam participar da simulação. Essa fase normalmente dura 7 dias. Nela, os alunos participam de diversas atividades pedagógicas e são responsáveis pela deliberação e votação dos projetos de lei apresentados, de forma semelhante a um deputado federal. Vale ressaltar que a pandemia de Covid-19 impactou diretamente a edição 2020¹¹ e motivou alterações na duração, formato e intervalo das atividades, sendo adaptadas ao modelo remoto.

Antecipadamente, deixa-se claro o caráter multidisciplinar da equipe responsável por acompanhar as atividades durante a jornada parlamentar. Como evidenciado anteriormente¹²,

¹¹ E consequentemente a edição 2021, que foi cancelada.

¹² Ver seção Profissionais Envolvidos.

o PJB conta com uma equipe de servidores na Câmara dos Deputados encarregados pela organização, execução e acompanhamento das atividades propostas. A Comissão Organizadora é formada por membros do CEFOR, que coordenam os aspectos pedagógicos, e por membros da SEREL, que gerenciam a parte de comunicação e logística. Apesar dessa Comissão ser responsável por todas as etapas da jornada, durante os trabalhos práticos nas comissões é necessária a orientação de servidores que trabalham diretamente com o processo legislativo. Como já apresentado, os seguintes setores estão envolvidos na dinâmica:

A orientação e a supervisão das atividades práticas desenvolvidas ao longo do programa estão a cargo dos órgãos legislativos diretamente envolvidos na elaboração legislativa real, quais sejam o Departamento de Comissões – DECOM e a Secretaria-Geral da Mesa – SGM. Um grupo de servidores destes órgãos é destacado pela Comissão Organizadora do Parlamento Jovem para desempenharem o papel de instrutoria prática durante os trabalhos dos jovens parlamentares sob a normatização do RIPJB¹³. (MELO, 2008, p. 76)

Essa orientação é feita por meio de palestras/aulas e pelo acompanhamento direto durante as discussões e votações dos projetos de lei, trabalhando com os estudantes o uso correto da técnica legislativa.

Após as considerações citadas, segue a apresentação das atividades desenvolvidas durante a jornada parlamentar: o primeiro passo é a abertura do evento e ambientação dos alunos. Essa etapa é coordenada pela Comissão Organizadora e tem como objetivo apresentar o propósito do projeto e criar um momento de socialização entre os participantes. Em seguida, os estudantes visitam as dependências do Congresso Nacional. O passeio guiado fornece a oportunidade de conhecer detalhes sobre a história da instituição e também do Brasil, além de permitir a troca de experiências com os analistas legislativos.

Na edição 2020, com o cancelamento da etapa presencial por conta da pandemia do novo coronavírus, essa atividade foi convertida em uma visita virtual e contou com recursos audiovisuais complementares, possíveis somente pela interação digital. Normalmente, há também uma excursão pela cidade. Afinal, Brasília é a sede do poder federal e possui diversas instituições públicas, que atuam direta ou indiretamente em conjunto com o Congresso Nacional, além de ser reconhecida em todo o mundo por sua arquitetura moderna. O passeio cívico é, de certa forma, uma aula repleta de referências culturais, históricas e políticas.

É claro que aulas formais, com conteúdo teórico, também são ministradas para esclarecer fundamentos do processo legislativo, essenciais tanto para simulação quanto para formação cívica. Na edição 2020, essas “palestras” foram batizadas de “AuLives” e

¹³ RIPJB (Regimento Interno do Parlamento Jovem Brasileiro), anexado ao Ato da Mesa nº 49/2004.

transmitidas pelo YouTube do Parlamento Jovem Brasileiro. A nomenclatura refere-se ao formato proposto (aula) e ao gênero que viralizou durante a pandemia (*lives*). Como o próprio nome diz, elas foram apresentadas ao vivo, mas permanecem disponíveis na plataforma. Os sete temas abordados foram: “O que o Parlamento tem a ver com a Democracia?”, “Por que existem tantos partidos políticos no Brasil?”, “Quem te representa?”, “Como funcionam as eleições proporcionais?”, “Lugar de mulher é na política!”, “Protagonismo negro na política” e “Ferramentas de participação da Câmara e do PJB”.

Ainda durante esse momento de formação, os estudantes são convidados a participar da sessão solene de posse como deputados jovens, a qual deve ser conduzida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, ou por algum deputado substituto. Nesse evento, cada um dos 78 jovens promete defender e cumprir a Constituição visando a integridade e a independência do Brasil. Após a cerimônia, normalmente ocorre a eleição da Mesa Diretora do Parlamento Jovem Brasileiro. Para isto, os participantes se organizam em Partidos Políticos, a partir do “espectro ideológico” de cada projeto. Os partidos do PJB recebem um nome original e não possuem relação com os partidos da bancada da Câmara. Todavia, é importante que os estudantes se organizem estrategicamente, de forma semelhante ao que acontece na política partidária. Por isso, os jovens já começam a articulação com membros de partidos distintos, visando uma aliança sólida para composição de uma chapa que disputará a eleição.

A Mesa é responsável pela condução dos debates em um parlamento e cumpre um papel simbólico no PJB, sendo uma forma de representação dos estudantes, que podem recorrer a ela para propor sugestões durante o andamento dos trabalhos. Como também, participa ativamente da organização das votações. Diferentemente da Câmara, a Mesa do PJB é composta por somente quatro membros, sendo estes o presidente, vice-presidente e dois secretários. Após sua eleição, os líderes de cada partido indicam à Mesa os presidentes e vice-presidentes responsáveis por cada comissão temática. Nessas situações de indicação de nomes aos cargos de liderança é importante que os jovens estejam atentos a representatividade e a heterogeneidade regional, política, racial e de gênero. Posteriormente, iniciam-se os trabalhos nas comissões.

É importante explicar que para uma lei federal ser aprovada, um longo caminho é percorrido. Quando um deputado submete um projeto de lei, são definidos os relatores que conduzirão os trâmites necessários para avaliação da proposta juntamente às comissões temáticas. Da mesma forma, cada estudante é designado como o relator do projeto de outro parlamentar jovem e passa a ser o responsável por apresentar o PL aos colegas, juntamente

com a emissão de seu parecer para comissão temática, que pode ser favorável ou não à aprovação da norma. Assim como acontece no parlamento federal, não é possível os deputados conhecerem integralmente as implicações de todas as leis debatidas. Por isso, a função do relator é se aprofundar na proposta apresentada e explicar para o restante dos membros da comissão as consequências da aprovação desta nova diretriz.

Durante a relatoria dos projetos, é possível organizar audiências públicas, que auxiliam a relatoria de um projeto. As audiências são reuniões para a ampla discussão de uma temática. Nela, diversos setores da sociedade podem participar, tanto especialistas no assunto quanto a população em geral, isso fomenta um espaço de discussão aberto e plural. Em uma edição tradicional, não é possível realizar audiências públicas pela limitação do tempo. Entretanto, na edição 2020, foi possível graças a ampliação do calendário de atividades em decorrência da pandemia. “Combate ao racismo e preconceitos”, “Desenvolvimento cívico e emocional de adolescentes no sistema socioeducativo” e “Moradias populares e pessoas em situação de rua” foram os temas das audiências promovidas pelo Parlamento Jovem, sugeridas e escolhidas pelos próprios deputados jovens.

No PJB, a tramitação¹⁴ ocorre de forma simplificada. Em vez de passar por três comissões temáticas e ainda pela Comissão de Constituição e Justiça, como acontece oficialmente na Câmara, na simulação os PLs passam por somente uma comissão. Portanto, possuem apenas um relator que emprega três critérios avaliativos, sendo estes: o mérito da proposta (relevância para sociedade e seus eventuais benefícios/prejuízos), a constitucionalidade (cumprimento da Constituição Federal) e a adequação orçamentária (impacto nos recursos financeiros do país). Depois da discussão e análise do projeto, o relator emite seu parecer¹⁵ para a comissão, que individualmente poderão seguir ou não a decisão do relator diante da deliberação em grupo. Caso a proposição seja aprovada, poderá seguir para sessão final no Plenário da Câmara dos Deputados¹⁶, sendo este o ápice da jornada parlamentar.

Quando divulgados os PLs aprovados, ocorre a reunião do Colégio de Líderes, formado pelos representantes de cada partido que se reúnem juntamente com a Mesa Diretora do PJB para elaborar a pauta da Sessão Plenária. Neste momento, é decidido quais são os projetos que irão para discussão em plenária. Na sessão em si, o relator apresenta a proposta, a Mesa diretora concede espaço de fala aos parlamentares jovens e por fim, ocorre a votação do

¹⁴ Tramitação refere-se ao caminho percorrido por um projeto de lei/emenda, que consiste basicamente em sua apresentação, deliberação nas comissões temáticas até sua aprovação ou arquivamento.

¹⁵ Parecer é uma espécie de relatório, contendo o encaminhamento do PL e sugestões de modificações.

¹⁶ Na realidade, quando um projeto é aprovado por todas as comissões não há necessidade de ir para o Plenário.

projeto. Os jovens precisam ser estratégicos para conseguirem defender seus interesses, como destacado por Maria Raquel (2008):

Recursos reais do processo legislativo podem ser utilizados e vivenciados pelos jovens, como a interposição de requerimentos para antecipar ou retardar a discussão e votação de uma determinada proposição. A sessão plenária significa o apogeu das atividades legislativas do programa Parlamento Jovem, momento em que o ferramental prático e teórico para o jogo político de forças que determinarão ou não o sucesso dos parlamentares na aprovação dos projetos de seu interesse já foi amplamente disponibilizado para que os jovens dele se utilizem. (MELO, 2018, p. 81)

Os projetos aprovados nessa sessão são bastante simbólicos, pois representam o “legado” da edição, ou seja, quais as propostas os alunos acharam mais interessantes ou os temas que priorizaram durante as discussões. Posteriormente à sessão final, os jovens voltam para casa carregando a experiência de ter conhecido o Congresso Nacional e, talvez, com vontade de participar mais ativamente da esfera pública. Entretanto, o programa não finaliza totalmente, os projetos de lei do PJB são enviados para os deputados e possuem chances de virar uma lei oficial, como abordado abaixo.

1.6. Projetos Apadrinhados

Após a finalização dos trabalhos no Parlamento Jovem, as proposições elaboradas pelos estudantes são enviadas para os deputados da Casa com a finalidade de dar continuidade ao trabalho feito durante a simulação. O contato com os congressistas está previsto no art. 41, § 3º, do Ato de Mesa nº 49/04, o qual delibera que “um relatório contendo todas as proposições discutidas na legislatura do Parlamento Jovem será encaminhado a todos os gabinetes parlamentares” (BRASIL, 2004).

Essa comunicação permite que os deputados federais tomem conhecimento das ideias e soluções trazidas pelos jovens brasileiros. Dessa forma, os parlamentares podem apadrinhar um projeto de lei e levá-lo para discussão nas comissões, com a possibilidade de torná-lo uma legislação federal. O apadrinhamento é uma forma de fomentar o processo legislativo com ideias que venham da própria população, concedendo espaço de participação ao cidadão para o fortalecimento da democracia.

Atualmente, 17 projetos apresentados por estudantes foram apadrinhados e seguiram para análise nas comissões temáticas (PORTAL CÂMARA, 2021b), avançando pelo mesmo caminho que todas as propostas por deputados seguem. Esses projetos apresentam condições

distintas, visto que alguns foram arquivados, outros foram reapresentados e muitos estão aguardando resposta nas comissões.

O primeiro projeto apadrinhado foi o da mineira Martha Sachser, que participou da primeira edição do Parlamento Jovem no ano de 2004. Sua proposta foi apadrinhada pelo deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), idealizador do programa, e atualmente está pronta para ser votada em Plenário. O normativo integra a área da educação e saúde, dois dos temas mais discutidos no PJB, e “dispõe sobre a obrigatoriedade de exames oftalmológicos e auditivos nas escolas de ensino fundamental da rede pública”, conforme a ementa apresentada (PORTAL CÂMARA, 2015).

Em uma *live* realizada em 2020 (PJB, 2020b), durante a etapa de seleção nacional, o PJB reuniu a ex-estudante e o deputado padrinho. Martha mostrou-se orgulhosa do projeto e revelou que sua inspiração veio a partir do irmão, que sofreu por um tempo com dificuldades auditivas sem o diagnóstico. Para ela, a lei é fundamental para outros estudantes que também possuem essa dificuldade. Afinal, problemas que afetam a visão e/ou audição interferem no rendimento escolar e na socialização do aluno. Apesar de não ter seguido carreira política, a mineira afirmou durante a entrevista que a simulação foi gratificante e mesmo após 16 anos ainda carrega as lições aprendidas no PJB, como o reconhecimento da pluralidade cultural, a iniciativa em ações comunitárias e a importância do exercício de escuta.

Em contraposição, a proposta mais recente a ser apadrinhada é da participante Natália Braga, da edição 2018. Representando o estado do Mato Grosso do Sul, seu projeto “determina a reserva de 10% das vagas de emprego às mães de crianças com até 14 anos” (PORTAL CÂMARA, 2019b). Apadrinhado por Vander Loubet (PT-MS), atualmente o PL está aguardando parecer do relator na comissão. Assim como Martha, Natália também participou de uma *live* no Instagram do Parlamento Jovem Brasileiro, na qual deu mais detalhes sobre o processo de apadrinhamento (PJB, 2020a). Natália citou que já conhecia Loubet devido sua participação no Parlamento Jovem Sul-Mato-Grossense¹⁷ e foi ela quem o apresentou a ideia. Após algumas modificações, o PL seguiu para jornada de tramitação. Diferentemente da outra participante, Natália optou por se aproximar da política institucional. Além de militar pelos direitos da juventude e ser acadêmica de direito, a sul-mato-grossense candidatou-se nas eleições estaduais de 2020.

Diante das narrativas, é nítida a importância do relacionamento entre os parlamentares federais e os programas de participação popular na Câmara dos Deputados, pois esta relação

¹⁷ Os Parlamntos Jovens Estaduais são ofertados pelas Assembleias Legislativas, diferentemente do Parlamento Jovem Brasileiro que é de responsabilidade da Câmara dos Deputados.

contribui efetivamente para práticas cidadãs mais participativas. Apesar dos projetos apoiados pelos deputados, o grande legado do Parlamento Jovem é a capacidade de mudar vidas. Como relatado pelas participantes apadrinhadas, os jovens que passam pelo PJB são transformados pela experiência e passam a carregar consigo o desejo de levar uma nova realidade para outros brasileiros.

1.7. Influência para os egressos

Nesse sentido, um estudo feito por Martins e Barros (2018) aponta uma influência duradoura do Parlamento Jovem para os egressos de edições passadas, avaliando os impactos na vivência individual após o programa. Para isto, verificaram-se diversas variáveis como mudanças no comportamento político, interesse pelo processo legislativo e, até mesmo, a escolha profissional. Os dados, de caráter predominantemente qualitativo, foram coletados por meio de um levantamento do tipo *survey*, durante novembro de 2014, e metodologicamente compreendidos a partir de uma análise do conteúdo. Com o recorte entre participantes das edições 2004 até 2013, 173 participantes responderam, representando um total de 22,67% em relação aos 763 participantes deste intervalo de 10 edições. O objetivo geral da pesquisa pode ser definido por sua principal pergunta aberta: “Se o PJB influenciou na sua vida cotidiana, descreva as modificações de opinião sobre a política ou de comportamento que porventura tenham ocorrido” (MARTINS e BARROS, 2018, p. 60).

Diante do questionamento de referência, os relatos serão aqui trabalhados em três esferas¹⁸: formação política, impactos no cotidiano e participação em outras atividades de educação política. O primeiro tópico se refere diretamente à contribuição da Câmara dos Deputados, os pesquisadores observaram que os egressos evidenciam a importância da experiência no parlamento. Antes da participação no PJB, 57,22% dos respondentes afirmaram possuir pouco entendimento em relação ao poder legislativo. Quando questionados sobre o mesmo conhecimento após a simulação, 52,02% constataram que a participação permitiu um nível elevado de conhecimento. Essa pergunta levava em consideração a noção sobre aspectos específicos, como a interação entre poderes, o papel dos parlamentares, o funcionamento das bases de apoio e dos partidos políticos etc. Percebe-se que o formato proposto atualmente, com a oportunidade de escrever um projeto de lei e a experiência em Brasília, agrega positivamente para um maior conhecimento acerca da estrutura política nacional e coloca o indivíduo sob um estado consciente perante a esfera pública.

¹⁸ Os próprios autores destacam e agrupam essas áreas na análise das respostas.

Em seguida, os respondentes foram indagados como forma de verificar se este conhecimento adquirido modificou a visão sobre a política e se influenciou algum tipo de ação participativa no cotidiano. Em relação às alterações de opinião e comportamento, os egressos destacaram em 84,16% das respostas que houve mudanças na forma de pensar a política. Também nota-se que em 54,16% houve citações em relação a mudanças de comportamento, ligadas à participação política. Dessa forma, observa-se que o conhecimento adquirido contribuiu para emancipação do cidadão, ocasionando mudanças na forma de pensar e agir em sociedade, como destacado por um estudante do PJB 2011: “O PJB influenciou no meu conhecimento sobre política, assim como contribuiu com meu senso crítico e fortaleceu o meu desenvolvimento de opinião” (MARTINS e BARROS, 2018, p. 66).

Como pode ser observado no comentário anterior, o programa também promove habilidades individuais, como o senso crítico, sendo esta uma qualidade bastante abrangente e que se relaciona intimamente com o conceito de autonomia, abrangido pelo conceito de cidadania. Similarmente, diversos comentários confidenciam outras formas de empoderamento que persistem apesar do tempo, dada a data de participação, como o do egresso que participou do PJB em 2006: “Minha participação no PJB me tornou um jovem com mais coragem para assumir de vez a política e lutar para que ela seja exercida com qualidade, respeito, ética, democracia e participação popular” (MARTINS e BARROS, 2018, p. 66).

Há também aqueles que se veem tão entusiasmados e envolvidos pela experiência na Câmara dos Deputados, que decidiram seguir uma carreira profissional voltada para solucionar os problemas sociais. Este grupo representa 12,5% das respostas coletadas e possui representantes das mais diversas áreas de graduação como direito, ciência política, economia, ciências sociais etc. Outros preferiram manter-se na jornada política como figuras públicas e candidataram-se a cargos no governo, como é o exemplo de Pedro Gama (PJB 2014). Eleito o vereador mais jovem de Itajubá (MG) nas eleições de 2020, o egresso destaca o papel do PJB como um aproximador da juventude com as pautas públicas. O depoimento faz parte de uma participação no quadro #PJBmudaSuaVida, compartilhado nas redes sociais oficiais do programa:

O PJB foi meu primeiro contato mais próximo com a política institucional. Depois desta experiência fantástica, entrei na Faculdade de Direito da USP e tive a oportunidade de viver ainda mais coisas - tanto em termos de conhecimento técnico e funcionamento das instituições, como ao entender que a política institucional é construída no dia-a-dia. (PJB, 2021)

Assim como Pedro, outros participantes também veem o cotidiano como um reflexo da dinâmica institucional e decidem atuar ativamente nessa esfera. Entretanto, antes de embarcar de fato no ensino superior ou no mundo do trabalho formal, optaram por aprofundar o conhecimento sobre política participando de outras atividades educativas. Ainda segundo a mesma pesquisa, os autores constataram que 25% dos parlamentares jovens se interessaram em participar de alguma iniciativa de educação política após o PJB. Dentre os relatos coletados, observaram-se três interesses distintos neste âmbito, sendo estes:

A primeira contempla aqueles estudantes para os quais o PJB constituiu uma continuidade de suas experiências anteriores, como o ingresso em iniciativas locais, ou seja, o Parlamento Jovem da Câmara de Vereadores ou da Assembleia Estadual. A segunda revela o contrário, isto é, o PJB estimulou os egressos a participar das iniciativas legislativas municipais e estaduais. A terceira compreende as narrativas que tratam das experiências de educação política fora do âmbito legislativo, incluindo o ambiente escolar, engajamento em organizações não-governamentais e adesão às propostas de educação política dos diretórios jovens de partidos políticos. (MARTINS e BARROS, 2018, p. 68)

À vista disso, observa-se que o interesse pela política, após incentivado, pode levar a um desenvolvimento pessoal e participação contínua na esfera pública. Ao passar pelo PJB, alguns jovens incorporam ativamente o dever social de levar a cidadania a outros cidadãos, fomentando um processo perspicaz de transformação social. Essa contribuição dá-se tanto no envolvimento com instituições representativas quanto com organizações não-governamentais, de caráter suprapartidário.

Levando em consideração os temas abordados, os pesquisadores concluíram que os respondentes avaliaram positivamente a experiência no PJB e demonstraram um aumento direto no seu conhecimento político e na sua vida cotidiana, devido a contribuição da educação voltada para cidadania. Este aprendizado serve como uma base para uma mudança de atitude social que impacta principalmente a comunidade onde vivem, na qual seguem atuando e proporcionando oportunidades de transformação social.

Os depoimentos que tratam dessas experiências revelam como os conhecimentos proporcionados pelo PJB podem transformar os jovens em protagonistas da promoção da cultura cívica e não meros aprendizes. Os depoimentos mostram como os próprios jovens passaram a atuar como agentes de produção e disseminação de saberes políticos. Essa constatação leva a uma compreensão acerca dos efeitos do PJB que extrapola a formação individual do egresso, repercutindo no seu meio social e aproximando o jovem do campo político. (MARTINS e BARROS, 2018, p. 70)

A conclusão na qual os pesquisadores chegaram indicam um caminho para compreender o Parlamento Jovem Brasileiro como um instrumento de formação cívica, que

ao conscientizar os cidadãos da importância da participação política coopera diretamente para o exercício da cidadania e a manutenção da democracia. Entretanto, ainda é necessário um aprofundamento maior na questão e a coleta de dados próprios. Partindo dessa demanda, o capítulo seguinte propõe investigar as relações entre juventude e participação popular, identificando o papel da comunicação nesse processo.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1. Democracia e cidadania

A democracia está em crise. Parece, de certo modo, uma alegação um tanto quanto pessimista para se iniciar uma discussão acadêmica que trata justamente sobre a participação política de jovens no Brasil. Entretanto, é em virtude dessa problemática inicial que decorrerá toda a discussão apresentada neste capítulo. Para isto, primeiramente, procura-se compreender nesta seção sob quais condições se encontra o regime democrático brasileiro e suas potenciais relações com a participação popular.

Desde a Grécia Antiga, a democracia se apresenta como o regime no qual a vontade do povo se faz soberana, as opiniões individuais são respeitadas, os direitos coletivos são assegurados e as decisões políticas são baseadas na conciliação. Apesar desses admiráveis ideais, atualmente, a agenda da democracia aparenta estar cada vez mais distante das necessidades da população e do interesse coletivo. Esse distanciamento não é exclusivo do contexto brasileiro e outros países pelo mundo se encontram em situação similar. Entre suas características gerais estão: o “declínio do comparecimento eleitoral; ampliação da desconfiança dos cidadãos com relação às instituições políticas; esvaziamento dos partidos políticos, por meio, entre outros, da burocratização de suas estruturas internas e crescente interferência da mídia junto ao processo eleitoral” (MIGUEL, 2003 apud LÜCHMANN, 2007).

Diante desse problema, diversas pesquisas acadêmicas emergem com o objetivo de investigar tais circunstâncias. O que acarreta, diretamente, na consequente exposição das fragilidades dos regimes políticos atuais, principalmente no que se diz respeito à democracia representativa. Segundo Marlon Kierecz (2016), o Brasil está imerso em uma crise política que se constituiu desde a época da redemocratização e sempre esteve presente no país. A Constituição de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", foi apresentada com o objetivo de assegurar os direitos essenciais para o exercício da cidadania. Para assim, permitir que a população se envolvesse no processo decisório, e de forma contrária ao período anterior, jamais regressasse ao autoritarismo estatal. Evidentemente, não se tira a qualidade do documento, visto que este trouxe conquistas indispensáveis para a cidadania. Todavia, a promessa da participação popular, prometida em carta magna, parece se esgotar frente à democracia representativa.

Seguindo o raciocínio, Kierecz (2016) afirma que a grande questão para a crise do modelo representativo é a desconexão entre o eleitorado e os eleitos. Os interesses da

população são colocados cada vez mais distantes daqueles que se comprometeram a representá-la e o sistema político permanece carente de mecanismos legais que obriguem os representantes a seguirem as promessas feitas durante as campanhas eleitorais. Como consequência, os pilares estruturais da democracia são enfraquecidos. O que resulta diretamente na desestabilização do relacionamento entre a população e a esfera política, suscitando o cenário de declínio democrático e complexificando sua resolução:

Apontar uma solução para a crise da democracia representativa talvez seja algo um tanto presunçoso, pois está longe de ser tarefa simples ou de fórmula pronta. No entanto, inegavelmente, passa por políticas efetivas para amenizar a desigualdade e exclusão social, uma política de educação básica séria, estável e duradoura, mas que contemple, necessariamente, o aprendizado e desenvolvimento da cidadania e dos valores estampados na Constituição, com o fomento a mecanismos de democracia participativa e a disseminação de uma nova cultura pautada na responsabilidade e deveres de todos para com seus semelhantes, com o Estado e com a coisa pública. (KIERECZ, 2016, p. 380)

É inegável a magnitude da temática, de forma que esta não apresenta respostas simples ou de cunho imediatista. Na academia, tem crescido o número de trabalhos que se dedicam justamente às sugestões de saída frente à crise política. Como é o caso do efervescente debate em relação a novas formas de democracia, de caráter deliberativo. Lígia Lückmann (2007) acredita que a ascensão da discussão se relaciona com três razões principais, sendo estas a crise do modelo representativo, o crescimento do debate popular e a expansão da implementação de espaços institucionais de participação. Essas correntes são importantes porque, além de contribuírem com o debate acadêmico, retomam o papel cidadão como um ator social fundamental para o processo político, manifestando sua relevância para além do voto. Seguindo o pensamento de Booth e Seligson (1976 apud BONIFÁCIO, 2012), a participação é apresentada como:

Comportamento que intenciona influenciar o sistema político, seja no nível nacional, regional ou local. Nessa concepção, participação política vai além de atividades das elites, eleições e violência, incluindo comunicações sobre política e problemas locais e trabalho coletivo para resolver problemas não tratados pelos governos. (BONIFÁCIO, 2012)

Diante da citação, há uma demonstração clara do papel político da participação. Partindo de um conhecimento aplicado ao cotidiano, capaz de influenciar comportamentos e propor mudanças sociais. É claro que, é importante pontuar que o uso do termo “participação” sofre desconfiâncias quanto ao seu uso formal. De forma crítica, é perceptível que a palavra vem sendo banalizada e/ou usada como solução para qualquer problema social, sem uma

avaliação prévia de sua efetividade. Apesar de, por essência, ser uma necessidade própria da natureza humana, é necessária a investigação sobre seus níveis de inclusão, por exemplo.

Para o comunicólogo paraguaio Juan Díaz Bordenave (1994), “a participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder. Quando se promove a participação deve-se aceitar o fato de que ela transformará as pessoas, antes passivas e conformistas em pessoas ativas e críticas”. Esse pensamento contempla o que se entende por projetos educacionais, que será trabalhado no último tópico do capítulo. Por agora, considerando a complexidade do contexto brasileiro e os autores abordados, defende-se categoricamente nesta monografia a participação política como uma forma de inclusão político-social, para o acatamento das necessidades da população.

Partindo dessa questão, a participação política relaciona-se diretamente com o conceito de cidadania, sendo este uma das dimensões da democracia. Retomando os desafios para consolidação democrática no Brasil, a socióloga Maria Victoria Benevides (1994) acredita que a temática está intimamente ligada ao debate sobre cidadania e que há diversas discussões sobre a ausência de uma consciência cidadã na população brasileira. Diante desse parecer, a autora argumenta a favor da expansão dos "direitos políticos do cidadão pela implementação de mecanismos de democracia direta" e da "educação política do povo, como elemento indispensável - tornando-se causa e consequência - da democracia e da cidadania" (BENEVIDES, 1994).

É notória a crítica dos autores apresentados ao regime político atual e seus posicionamentos contrários à democracia representativa, sugerindo modelos de participação direta ou semidireta. Contudo, não é o objetivo desta monografia a proposição de alternativas à democracia representativa, mas sim, pontuar a emergência da discussão sobre os regimes democráticos e elucidar a importância da participação popular no processo político sob a ótica da educação para cidadania, sobretudo por seu viés comunicacional. Por esses fins, a argumentação seguirá em alinhamento à segunda proposição de Benevides, que diz respeito à expansão da educação cívica para formação cidadã.

Desse modo, é preciso estar atento à diferenciação de cidadania passiva e ativa¹⁹. A primeira é entendida como uma mera concessão do Estado, imersa numa percepção subentendida de favor e tutela. Essa noção está relacionada a um pensamento teórico e vago quanto à participação, sendo colocado em um campo jurídico distante do cotidiano da população. Já a segunda, diz respeito ao entendimento do cidadão para além do sujeito

¹⁹ BENEVIDES, Maria Victoria de M. **A Cidadania Ativa**. São Paulo, Editora Ática, 1991.

portador de direitos e deveres, mas "essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política" (BENEVIDES, 1994). Nessa definição, ocorre a migração de uma noção abstrata para um campo prático, de empoderamento popular. Que só é possível, quando se coloca em ação um amplo plano de formação. Para efetividade da cidadania ativa, a educação política deve ser priorizada, sendo esta um dos pilares fundamentais para democracia:

Esta educação se processa na prática. Aprende-se votar, votando. É claro que esta questão, pela sua própria natureza especulativa, não tem resposta pronta e acabada. Mas, entender a participação popular como uma “escola de cidadania” implica rejeitar aquela argumentação contrária que exagera as condições de apatia e despreparo absoluto do eleitorado, assim considerado incapaz, submisso e “ineducável”. O que importa, essencialmente, é que se possa garantir ao povo a informação e a consolidação institucional de canais abertos para a participação - com pluralismo e com liberdade. (BENEVIDES, 1994, p. 10)

Diante do enunciado, retoma-se ao objeto abordado no capítulo anterior. No qual, foi apresentado o Parlamento Jovem Brasileiro (PJB). De forma breve, o programa é uma iniciativa institucional da Câmara dos Deputados que tem como objetivo conscientizar os jovens sobre o processo legislativo por meio da prática parlamentar. A simulação se relaciona diretamente com a problemática apresentada neste tópico e com a discussão sobre a educação política como forma de incentivo à participação popular. Compreende-se, a partir da citação de Benevides, que o PJB pode ser sim pensado nessa “educação que se processa na prática”, no qual um recorte da população ocupa seu espaço dentro do parlamento e se integra ao funcionamento dos mecanismos legislativos.

É indiscutível a necessidade de ampliação dessa modalidade, mas retoma-se a atenção aos jovens justamente por se apresentarem como a próxima geração a ocupar os espaços públicos. Apesar dessa evidente demanda, outra questão entra no debate: será que os jovens estão interessados em política? Para compreender as relações entre a juventude e a participação política, desenvolve-se a seção seguinte.

2.2. Juventude e participação política

Se no tópico anterior foi defendido o imperativo “é importante participar”, neste lança-se uma pergunta: os jovens possuem interesse na participação política? Primeiramente, para responder à questão é fundamental o aprofundamento na problemática a fim de compreendermos as relações entre a juventude e a política, especialmente no Brasil. O senso comum percebe os jovens como desinteressados ou apáticos aos acontecimentos da esfera

pública. Isso se deve tanto pelo conservadorismo em relação às gerações passadas quanto pelas representações da juventude na mídia. Todavia, de forma crítica, é possível perceber o protagonismo massivo dos jovens em manifestações e movimentos que mobilizaram o país na última década. Para ilustrar essa realidade, destacam-se dois momentos importantes do ativismo juvenil brasileiro, sendo o primeiro as manifestações de 2013 e o segundo, a ocupação das escolas de São Paulo em 2015.

O primeiro começa depois do posicionamento do Movimento Passe Livre (MPL) de convocar manifestações, no estado de São Paulo, após o anúncio do aumento das tarifas do transporte público em junho de 2013. O que inicialmente tinha essa reivindicação na capital paulista, ganhou uma estrutura robusta com pautas diversas à medida que se massificou em diversas cidades brasileiras, muito em resposta à repressão policial sofrida por estudantes e jornalistas. Os manifestantes repudiavam não somente o aumento da passagem e a violência policial, mas também traziam à tona diversos problemas político-sociais do país, como: a corrupção, os escândalos da classe política, a insatisfação com o foro privilegiado, os altos custos da Copa do Mundo, o projeto da “Cura Gay” (que rompia com o direito de liberdade sexual), a PEC 37 (que limitava a autonomia de investigação do Ministério Público), entre outras contestações secundárias. De caráter progressista, reivindicavam simultaneamente por mais saúde, educação, segurança pública, transporte de qualidade, passe livre para estudantes e uma reforma política abrangente (ODILLA, 2018). Entre diversas manifestações menores ocorridas no país na última década, os protestos de 2013 se destacam não somente por sua dimensão nacional, mas também porque "ali teria vindo à tona de modo mais visível a ponta do iceberg das profundas alterações na estrutura social em termos de percepções e valores em relação à política vividas desde a transição democrática" (CORROCHANO, 2018).

Sua estruturação também enfatizou o importante papel das redes sociais, usadas para fomentar um modelo de mobilização mais horizontalizado, sem representações políticas definidas. Esse formato é característico das manifestações políticas na contemporaneidade, que marca outros movimentos com forte protagonismo jovem ao redor do mundo, como é o caso da Primavera Árabe (ODILLA, 2018). Em 2013, os manifestantes conseguiram o arquivamento dos projetos reivindicados e certas iniciativas por parte do governo federal. Como apresentado por Odilla, as principais respostas políticas às manifestações foram o arquivamento da PEC 37 e do projeto de “Cura Gay”, a revogação do voto secreto para cassação de mandato parlamentar, apresentação da Lei Anticorrupção e a criação do programa Mais Médicos. No entanto, muitas pautas não foram atendidas, como é o caso do

congelamento dos preços das passagens (que aumentou em 2014) e o acesso ao passe livre para estudantes, reivindicações primárias do movimento. Outras questões, como o fim do foro privilegiado, a proposta de reforma política abrangente e a melhoria dos sistemas de saúde, educação, transporte e segurança, não seguiram adiante. E assim, as conquistas adquiridas pelos cidadãos pouco solucionaram a crise brasileira canalizada até os dias atuais. Inclusive, em 2015, num segundo momento de análise, o governo paulista volta a ser motivo de atritos com a população por conta de um projeto apresentado para reorganização escolar.

Neste caso, a proposta sugeria o fechamento de 94 escolas no estado e a transferência de mais de 300 mil alunos para instituições próximas. Para a Secretaria de Educação, essas ações serviam para uma segmentação das unidades, em relação a idade e ao ano escolar, o que teoricamente melhoraria o rendimento dos estudantes (BOCCHINI, 2015). Porém, essa decisão não contou com a participação de pais e alunos no processo. Para estes, a reorganização era vista de forma negativa, principalmente devido aos impactos logísticos no cotidiano. Afinal, é comum num contexto de dinâmica familiar que irmãos estudem na mesma instituição, sendo de responsabilidade dos mais velhos o acompanhamento dos mais novos até a escola. Como forma de pressionar o governo para revogação da medida, os alunos ocuparam suas escolas e reivindicaram maior participação da comunidade na gestão escolar. A população cobrava por espaço junto às decisões administrativas e, juntamente, questionava a qualidade do ensino ofertado.

Depois da ocupação da primeira escola, o movimento se alastrou pelo estado e também inspirou manifestações posteriormente em outras cidades brasileiras. Da mesma forma que os atos de 2013, durante as ocupações percebe-se a integração das ações diretas com a mobilização nas redes sociais. Se por um lado foi negada a possibilidade de diálogo junto ao governo estadual, por outro os próprios alunos abriram o debate e se expressaram:

Os estudantes articulam também táticas de produção de contra-narrativas: o cuidado com o espaço escolar; a produção de vídeos, hospedados no youtube e circulantes nas redes sociais, contribuía para que produzissem uma narrativa visual sobre si mesmos, ampliando as possibilidades de enquadramento de sua experiência; as rodas de conversa sobre temas variados revelaram a ansiedade em falar coletivamente de certos problemas e inquietações; a presença das meninas na linha de frente das manifestações também foi simbolicamente importante, não apenas porque foram elas as maiores beneficiadas pela expansão da escolarização. (CARVALHO, 2004 apud CORROCHANO, 2018)

Essa comunicação informava a comunidade do que realmente estava acontecendo e quais eram os objetivos da ocupação, com a pretensão de desmistificar quaisquer preconceitos existentes. Além do mais, o ato de se posicionarem sem a mediação de terceiros, operando a

partir da própria linguagem e da apropriação dos recursos disponíveis, é bastante simbólico pois manifesta uma típica ação educacional. O conceito, que será desenvolvido profundamente no próximo tópico, surge no cerne das manifestações a partir da necessidade e inquietação dos jovens em falar, serem escutados e compreendidos plenamente.

Com a representação das mobilizações abordadas nesses dois momentos de análise é possível pensar em um amadurecimento político por parte da juventude após 2013, demonstrando grande capacidade de liderança, organização e discernimento. É claro que, contrariamente, houve uma manipulação desses movimentos, sendo apropriados e englobados posteriormente por grupos conservadores, que subverteram a insatisfação coletiva em prol de suas agendas retrógradas.

Diante dos eventos apresentados, amplia-se o imaginário enraizado pelo senso comum acerca das representações entre juventude e política. A massiva mobilização de jovens em manifestações e seu engajamento *online* deixa claro o interesse de participação na esfera pública. À vista disso, insere-se nesta discussão dados quantitativos coletados pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) para consolidar a visão apontada. A Pesquisa Agenda Juventude Brasil é uma pesquisa de opinião aplicada pela SNJ em todo o território brasileiro que visa compreender de forma ampla as questões relativas à juventude, possibilitando análises e reflexões acerca de seu perfil, demandas e ações de participação (PARTICIPATÓRIO, 2013). A aplicação dos questionários estruturados ocorreu durante os meses de abril e maio de 2013²⁰ e contou com depoimentos de jovens brasileiros com idade entre 15 a 29 anos.

Como discutido, os dados coletados pela pesquisa também reforçam que a política é sim considerada importante para os jovens, com 83% a identificando como muito, ou mais ou menos importante. No entanto, há um recorte de renda bastante significativo neste aspecto, elevando a confiança na política de acordo com o aumento da renda familiar. Cerca de 47% dos jovens de renda baixa veem a política como "muito importante" em contraposição aos 70% dos jovens de renda alta que pensam da mesma forma. Neste sentido, é preciso apontar de forma crítica que mesmo com a ampliação do debate público e o engajamento por parte dos jovens, o reconhecimento da política como meio de transformação social não é evidente à população mais carente.

Em relação às formas de atuação, os jovens apontaram que as intervenções mais efetivas na esfera pública são as mobilizações de rua e ações diretas (46%), seguida pela participação em coletivos e associações (45%). Dentre as opções apresentadas, a que menos

²⁰ A pesquisa da SNJ é uma das maiores na área a tratar sobre a participação política dos jovens. Entretanto, com as mudanças políticas nos últimos anos, ressalta-se que é possível que esses dados tenham sido afetados.

obteve votos foi a atuação em partidos políticos, com apenas 30% das respostas. Apesar do número, que não é tão baixo, revelar uma importância mínima dos partidos na política, 88% dos jovens afirmaram que nunca participaram e nem teriam interesse em participar desse tipo de entidade.

A visão sobre as iniciativas públicas para a juventude revela uma das razões para o desinteresse dos jovens em relação à categoria, grande parte (53%) respondeu que "os governos no Brasil conhecem as necessidades dos jovens, mas não fazem nada a respeito". Em contraposição, 18% apontaram que "os governos apoiam e promovem programas e ações voltadas para juventude". Ainda nesse quesito, 20% dos entrevistados apontaram que não sabem opinar sobre o assunto, uma parcela bastante significativa dado que a falta desse tipo de informação impacta diretamente no cotidiano vivenciado pelo grupo.

Se, por um lado, os dados revelam um distanciamento da juventude em relação à política institucionalizada, por outro é notável seu interesse em atuações mais autônomas e apartidárias. Sobre o histórico e desejo de participação, 46% mencionaram que participam ou já participaram de algum tipo de associação, entidade ou grupo apresentado pelos pesquisadores, como associações esportivas, movimentos ambientais, grêmio estudantil/centro acadêmico, grupos artísticos, associação de moradores etc. Diante dos dados coletados, nas observações finais, a pesquisa apresenta a seguinte conclusão:

As respostas revelam o reconhecimento da importância da política, o alto interesse de engajamento em eleições²¹, a valorização das diferentes formas de atuação política para além dos processos eleitorais, revelado no dado que seis em cada sete jovens declaram que participam, já participaram ou gostariam de participar de coletivos e movimentos sociais. A pesquisa revela fortes indicativos do potencial que tem a juventude de contribuir para a transformação do país e para a oxigenação da vida democrática. Construindo uma agenda da juventude para o Brasil por mais e melhores políticas públicas. (PARTICIPATÓRIO, 2013, p. 112)

Além de consolidar a visão do desejo e da importância da participação juvenil nas pautas políticas, é possível compreender a partir dessa conclusão o movimento que aconteceu cerca de um mês após a realização da pesquisa no Brasil. Sendo essas as manifestações de junho de 2013, já apresentadas neste capítulo. Retomando a pergunta lançada no início deste tópico, é possível afirmar que sim, os jovens estão interessados em participar e se engajar politicamente. Na verdade, a grande questão foi entender como eles participam e o que é preciso fazer para ampliar essa atuação.

²¹ Esse quesito refere-se ao alto número de jovens que possuem título de eleitor, principalmente antes dos 18 anos, quando a adesão ainda é facultativa. E não ao interesse de filiar-se a um partido político e disputar eleições. (PARTICIPATÓRIO, 2013, p. 87)

Para Corrochano, Dowbor e Jardim (2018), a geração atual de jovens brasileiros cresceu sob o manto democrático instaurado, ou idealizado, após o fim da Ditadura Militar. Com isto, tiveram acesso a diversas oportunidades que as gerações passadas não possuíam, como maior escolaridade e ampliação de acesso aos espaços de participação política. Entretanto, mesmo com os dados apontando para um reconhecimento das instituições democráticas, como demonstrado pela pesquisa citada, a pluralização de canais institucionais ainda está distante da adesão por parte da juventude.

Essa dinâmica não é exclusiva do Brasil e países europeus também vêm testemunhando um "deslocamento nas modalidades de participação: das formas mais convencionais para outras de caráter mais espontâneo, associativo e não convencional" (KIRSCHKE, 2005 apud CORROCHANO, 2018). Além da insatisfação com as políticas públicas voltadas para juventude, apontada na pesquisa da SNJ, as autoras apresentam outras hipóteses para o fenômeno. Sendo a primeira, a impermeabilidade dos canais tradicionais aos jovens e a persistência de comportamentos convencionais da prática política:

Tais espaços (partido, associação, conselho etc.) acabam por privilegiar modos de agir e pensar afins à própria instituição e sua posição no sistema político, sendo pouco permeáveis a novas táticas e, principalmente, novos temas e problemas sociais - justamente aqueles que potencialmente mais afetam a juventude. (CORROCHANO, 2018, p. 57)

Por estas razões, os jovens se sentem mais acolhidos e integrados ao se organizarem com outros pares, por meio de canais não-institucionais tanto em espaços físicos quanto virtuais²². Apesar dessas formas de articulação serem bastante interessantes e pressionarem a esfera pública, é inegável que a representação nas instituições democráticas é fundamental para transformações políticas mais abrangentes e sólidas. Em vista disso, defende-se que precisa haver uma aproximação dessas instituições com a população para a eficácia e a efetividade da atuação democrática. Mais especificamente, em relação ao objeto desta monografia, a aproximação do parlamento com a juventude.

No Congresso Nacional, foram criados programas institucionais que visam essa aproximação com a população, especialmente com os mais jovens. Desde o ensino fundamental até o superior, diversos alunos podem ter a experiência de conhecer e participar

²² Estar fora da internet significa estar à margem de informações, discussões e decisões políticas. É importante salientar que o acesso à rede ainda é limitado no país e que um em cada quatro brasileiros não possuem internet, o que impacta diretamente o exercício da cidadania e a participação democrática. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>. Acesso em: 04 de abr. de 2021.

do cotidiano na Câmara dos Deputados²³, por exemplo. Projetos como o Plenarinho, Câmara Mirim, Parlamento Jovem Brasileiro, Politeia e o Estágio-Visita ampliam as possibilidades de conhecimento e atuação no processo legislativo nacional. Além de apresentar o parlamento, essas iniciativas reforçam a importância da participação popular para o exercício da cidadania e esclarecem, de forma didática, os conceitos e mecanismos essenciais para a manutenção da democracia.

O que todos esses programas apresentam em comum é o seu caráter educativo e sua proposta de formação política. A partir dessas características, levanta-se uma importante questão: é dever do parlamento educar politicamente sua população? É fato que a transparência e a informação são as bases de uma sociedade democraticamente sustentável, mas é preciso reflexão quanto ao “dever” pedagógico de uma casa legislativa. Principalmente, quando a temática involuntariamente revela problemas profundos da educação nacional.

Segundo Maria Raquel Mesquita Melo (2008), na discussão acadêmica é praticamente unânime o valor da educação política para a prosperidade da democracia, isto em diversas áreas do conhecimento e diferentes campos de análises. Todavia, apesar da vasta produção que afirma essa perspectiva, ainda são escassos os trabalhos que se comprometem a discutir a competência e a pertinência do exercício educacional nas instituições representativas.

Devido à escassez de orientação formal, essa tarefa acaba por gerar divergências dentro e entre as instituições. O conflito se relaciona ao fato que a única instituição que tem como finalidade fundamental a educação é a escola. Inserindo Maria Victoria Benevides (1996) na discussão, apesar da escola manifestar sua responsabilidade educativa e se propor em assumir o papel preparatório para a vida adulta em sociedade, ainda carece de orientação, recursos e profissionais instruídos para trabalhar a educação política com os alunos. Esse problema está essencialmente relacionado à falha nacional em relação aos programas de formação de professores, o que contribui para uma carência de educação política em todos os âmbitos educativos, até mesmo no nível superior.

Essa ausência informativa e educacional reflete diretamente no cotidiano do cidadão, o afastando dos temas de relevância social e da participação nos acontecimentos políticos. Esse distanciamento gera uma imagem negativa do parlamento e “expõe a fragilidade do relacionamento entre o cidadão e as instituições que o representam” (MELO, 2008). Dessa maneira, as instituições representativas acabam por perder sua credibilidade e função, sendo questionadas de forma arbitrária, assim como discutido no primeiro tópico deste capítulo.

²³ Há também programas no Senado Federal, mas estes não pertencem ao recorte apresentado no trabalho.

Diante do fracasso na educação política e consequente distanciamento da população, emergiu no legislativo brasileiro e de outros países a necessidade de reaproximação com o povo, mediada por um senso de responsabilidade cidadã. Sendo esta, promovida por meio de iniciativas educacionais próprias, visando melhorar a visão da população perante as organizações políticas e aproximar o cidadão do campo participativo. Dentre seus objetivos também estão o de “esclarecer a situação política do cidadão perante os poderes públicos, dar transparência aos trabalhos legislativos, ensinar como se dá o processo legislativo e estimular a participação política” (MELO, 2008).

Por essas motivações, a Câmara dos Deputados, representante do poder legislativo em nível federal, toma como papel as possibilidades de formação política para o cidadão brasileiro. Entre as diversas iniciativas apresentadas anteriormente, o Parlamento Jovem Brasileiro é apenas uma das alternativas de conexão com a juventude. O PJB é a forma que a instituição encontrou de se aproximar da população, permitindo que a experiência legislativa seja acessível e transparente ao tentar estimular os jovens a se engajarem nos processos políticos nacionais.

Entretanto, é preciso deixar claro que a Câmara não se encarrega do dever educativo que permanece incumbido à escola. É evidente o valor da educação nesse processo, mas ela não caminha isoladamente, há um outro ramo que dialoga diretamente com a prática pedagógica e que habilita o parlamento em seu propósito: a comunicação. Essas duas grandes áreas se unem para estimular a participação dos jovens nos espaços institucionais e desenvolver sua cidadania. O resultado dessa convergência se encontra no campo da educomunicação, que é apresentado na seção a seguir.

2.3. Educomunicação: um campo de possibilidades

Para alguns, as intrínsecas relações entre a educação e a comunicação podem parecer distantes, caso pensadas de forma superficial, até mesmo no meio acadêmico. Essa concepção se baseia fundamentalmente na crença estruturada pela racionalidade moderna, a qual encarregou-se de segmentar esse grande ramo das Ciências Humanas em duas áreas do conhecimento distintas. Tal fragmentação discursiva delimitou o entendimento das inter-relações desses saberes e suas possibilidades investigativas.

Em termos representativos, à educação foi atribuída a nobre responsabilidade de transmitir o conhecimento necessário para o desenvolvimento social. Enquanto, diferentemente, a comunicação destacou-se pela divulgação de informações de interesse

público, pelo entretenimento popular e pela conservação do sistema produtivo, movido pela publicidade. Para Ismar de Oliveira Soares²⁴ (2000), a uniformização das representações apontadas é essencialmente um processo de controle social. A soberania da razão do homem perante a natureza e a sociedade, cerne do pensamento da Modernidade, moldou a educação e apropriou o discurso midiático para implementação de uma nova ordem social, convertendo essas áreas do conhecimento em instrumentos de disciplina. Contudo, diante do fracasso da razão, evidenciado pelas grandes guerras mundiais, o período pós-moderno precisou realocar seus interesses em uma nova racionalidade, sendo esta a razão técnica, caracterizada pela supremacia da informação.

Nessa temporalidade, a que se refere como Contemporaneidade, a comunicação emerge como uma nova forma de organização social, marcada pela cultura audiovisual, pela massificação do consumo e pela exaltação da subjetividade. Já a educação, por sua ligação ao Estado, permanece organizada em lógicas burocráticas e hierarquizadas, o que contribui diretamente para sua crise. Seguindo as contribuições de Soares (2000), que se articula juntamente com o pensamento do francês Pierre Furter (1995)²⁵, o fenômeno testemunhado impõe uma mudança de paradigmas:

O discurso sobre a educação que a definia como base da construção da democracia moderna e do progresso dos povos está sendo substituído pelo discurso sobre a excelência e a irreversibilidade da informação. Em outros termos, há uma valorização social do mundo da comunicação e uma negação do mundo da educação tradicional. (SOARES, 2000, p. 14)

O parecer apresentado é preocupante por diversas razões e, neste caso, apresentam-se três delas: Primeiramente, é decepcionante o fracasso da educação nacional, que vai além da ausência de uma formação política. O conhecimento é a base do pensamento crítico, não há sociedade que se sustente sem indivíduos conscientes e autônomos. Portanto, a consequência natural para uma pátria analfabeta politicamente e funcionalmente é o seu próprio colapso e o fim de sua democracia.

Em segundo lugar, argumenta-se mais a frente sobre o potencial de contribuição da comunicação em alinhamento com a educação em diversos âmbitos. Entretanto, a hipervalorização dos meios de comunicação também é uma preocupação. Essa nova

²⁴ Além de uma autoridade na temática, o Profº Ismar Soares é um dos idealizadores do curso de licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). A graduação se propõe a capacitar alunos para docência, pesquisa e consultoria na área. Saiba mais: <https://jornal.usp.br/universidade/estude-na-usp/cursos-da-usp-educom-atua-entre-a-educacao-e-a-comunicacao/>

²⁵ FURTER, Pierre. Comunicação e Educação, repensando os paradigmas. XIX Congresso Brasileiro de Comunicação Social, organizado pela ABT - Associação Brasileira de Tecnologia Educacional e UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação Social, Rio de Janeiro, nov. 1995. (Mimeo)

sociedade, que se fundou na idealização das novas mídias, especialmente com a chegada da internet, acreditou fielmente que a informação seria a solução para diversos problemas político-sociais. Todavia, essa explosão de dados não necessariamente trouxe mais conhecimento, justamente porque se fez distante de uma educação formadora. Por esse motivo, um dos maiores desafios da comunicação no século XXI é a desinformação. Não por falta de conteúdo, mas por um déficit referente à alfabetização midiática dos cidadãos. Ainda nessa questão, mais a frente, é criticado o discurso do “messianismo tecnológico”.

Por fim, como visualizado no parágrafo anterior, a última preocupação é o desalinhamento do campo da educação e da comunicação. Os novos problemas sociais gerados pela sociedade da informação são de responsabilidades de ambos os campos e, neste sentido, a comunicação pode agregar positivamente para uma revitalização das práticas político-pedagógicas. Especialmente, quando se coloca o propósito de formação cívica do cidadão. Somente com a integração dessas áreas será possível conceber uma minimização dos conflitos gerados pela negligência de sua separação.

Diante dessas inquietações, é imprescindível que a discussão sobre educação não se faça mais distante da comunicação. Mais ainda, quando se coloca em questão o consequente risco à autonomia cívica e à democracia nacional. Por isso, se faz necessária uma revisão do potencial de contribuição da comunicação para o incentivo à cidadania. Para que, desse modo, a integração entre educação e comunicação forneça, de forma estratégica, novas possibilidades de atuação. É justamente sob essa necessidade que emergem os estudos sobre um novo campo de ação, o da educomunicação. Dado o seu recente reconhecimento, somente em julho de 2021 que passou a integrar o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras (2021), com a seguinte definição:

1. Conjunto de conhecimentos e ações que visam desenvolver ecossistemas comunicativos abertos, democráticos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais (escolares), não formais (desenvolvidos por ONGs) e informais (meios de comunicação voltados para a educação), mediados pelas linguagens e recursos da comunicação, das artes e tecnologias da informação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício prático da liberdade de expressão. 2. Formação e atividade profissional do educador, relacionadas ao estudo e aplicação desses conhecimentos. (ABL, 2021)

Este entendimento sobre a educomunicação tem como origem a discussão acadêmica. No Brasil, o campo da “Educom”, como também é denominado, está intimamente ligado aos estudos do Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da

Universidade de São Paulo (ECA-USP)²⁶, principalmente devido sua excelência com o curso de graduação na área. Dessa forma, outra definição do conceito se encontra nos trabalhos do Profº Ismar de Oliveira Soares, um dos principais nomes do país em relação à temática. Este compreende a educomunicação como:

O conjunto de ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo, desta forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas. (SOARES, 2011, p. 22)

Aprofundando-se em sua definição, observa-se o alinhamento da práxis educacional com o pensamento freiriano, no qual há uma relação direta entre a educação, a comunicação e a autonomia cidadã, como articulado por Rafael Gué-Martini (2019):

A Pedagogia da Educomunicação é a pedagogia da autonomia, que muda de nome para reforçar que educar e comunicar são expressões práticas que podem levar à emancipação ou à opressão, em um processo contínuo de ações de aprendizagem-ensino que devem evoluir para o educar-se(r) e comunicar-se(r), na tentativa constante de estabelecer o diálogo. O diálogo genuíno é o processo de mediação aberta à transformação dos interlocutores, que se constitui o motor, a ideia-força dessa pedagogia de tradução intercultural, de percepção da ausência, da incompletude que só é aliviada pelo vínculo da empatia, a surpresa de descobrir o eu no outro. A empatia por pessoas, por ideias, por projetos, por lugares é a força subjetiva que possibilita a motivação, sem a qual não há movimento no sentido da transformação, não há a conectividade dialógica. Trata-se então de considerar o ambiente enquanto pedagogia do lugar e o sujeito enquanto o lugar da pedagogia. (MARTINI, 2019)

Assim, o educador mais conhecido da América Latina, Paulo Freire, foi um dos pioneiros na defesa da integração entre educação e comunicação, entendendo que os processos comunicacionais eram fundamentais para o agir pedagógico libertador. Uma comunicação como parte do processo educativo e, como destaca Soares (2000), sem se render ao “messianismo tecnológico”²⁷. Freire alerta ainda, em sua obra “Extensão ou Comunicação?”²⁸ que, embora todo desenvolvimento seja modernização, nem toda modernização é desenvolvimento. Em outras palavras, retomando o enfoque desta discussão, é preciso lucidez ao abordar a educomunicação para que não se perca meio às lógicas tecnicistas que impregnam o imaginário comunicacional. Pois, do ponto de vista educacional, o uso da tecnologia nem sequer é obrigatório.

²⁶ Saiba mais: <https://www.nceusp.blog.br/>

²⁷ GOMEZ, Margarida Victória. Paulo Freire: re-leitura para uma teoria da informática na educação. Link: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/144.pdf>

²⁸ FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

Avançando nessa questão, deixa-se claro que a comunicação não deve ser reduzida a um objeto, não defende-se neste trabalho que a mera inserção de tecnologias seja uma conquista comunicacional ou que as mesmas sejam vistas como simples ferramentas, já que, pelo contrário, essa concepção revela os latentes interesses produtivistas que corrompem a essência educomunicativa. Quando falamos de tecnologia, nos referimos a uma linguagem que precisa ser aprendida para que se possa, a partir dela, se expressar. Tratamos aqui de uma inter-relação estratégica, afastada de qualquer visão meramente instrumental. É justamente sob a ótica da valorização do processo e da ampliação das dinâmicas de atuação social que se encontra a relação com a educação.

É preciso pensar de forma mais ampla e assertiva. Nesse sentido, compreende-se que o papel da comunicação está em oferecer recursos interativos, permitir a aprendizagem cooperativa, estimular a atenção, envolver o educando, garantir a acessibilidade, incentivar o diálogo e promover a sensibilidade e o afeto para construção de uma realidade coletiva e plural. E é justamente entre suas potencialidades educomunicativas que se encaixa a vocação para formação cidadã, sendo empregada em iniciativas institucionais, como o Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados.

Muito se falou neste trabalho sobre a importância da formação cidadã para a democracia, justamente devido ao exercício da cidadania. Mas afinal, o que isso representa para a educomunicação? A cidadania, de forma breve, é o reconhecimento por parte do cidadão dos seus direitos, deveres e possibilidades de atuação numa sociedade. O exercício da cidadania, quando incentivado, permite que o povo participe das decisões políticas de seu país e, assim, seus interesses são escutados e respeitados, promovendo ações e projetos mais democráticos. A noção de cidadania se constituiu inicialmente num campo teórico-legal vinculado às Ciências Políticas e ao Direito Constitucional, porém esse conceito vem sendo adotado por pesquisadores de novos campos e a cidadania passa a ser pensada a partir deles como um espaço de autonomia. Essa mudança de concepção leva em conta os desafios da sociedade da informação e envolve diretamente as práticas educomunicacionais. Para o sociólogo Valdir Morigi (2014), atualmente “a cidadania se apresenta como espaço de reinvenção, de luta por novos projetos de vida, a partir da mediação dos espaços e estratégias de comunicação e de educação, e não apenas como direito de exercícios plenos ou concedidos”.

A partir desse entendimento, retoma-se sua importância para o campo da comunicação e apresenta-se a noção de cidadania comunicativa defendida pela comunicóloga argentina

María Cristina Mata (2006), que se alinha indiretamente com a perspectiva de cidadania ativa de Maria Victoria Benevides (1994), apresentada no início do capítulo. A pesquisadora considera fundamental que a cidadania seja pensada nas políticas comunicativas a partir da atualização dos direitos e deveres do cidadão em relação às demandas inerentes de seu contexto social.

Para identificar sua efetividade prática, Mata divide a cidadania comunicativa em quatro níveis, sendo estes: *Cidadania comunicativa formal*, que se refere aos direitos sociais e individuais conquistados juridicamente junto ao Estado; *Cidadania comunicativa reconhecida*, tida como a consciência por parte dos cidadãos sobre seus direitos e deveres em uma sociedade; *Cidadania comunicativa exercida*, que interliga-se diretamente com a prática social, na qual os sujeitos demonstram a necessidade de reivindicação e ampliação de seus direitos; *Cidadania comunicativa ideal*, um espaço idealizado no qual os sujeitos se organizam socialmente sob um projeto de transformação social maior, que só será conquistado por meio da prática comunicacional sistêmica. Essa categoria compreende todos os níveis anteriores, que integram-se para conceber a estruturação de uma cultura democrática.

As categorias mencionadas são passíveis de observação em projetos de educomunicação. Segundo Lígia Almeida (2016), essas iniciativas podem se estruturar em diferentes formatos e espaços, sendo sistematizadas em sete áreas de intervenção, cujo focos principais são:

1. Educação para Comunicação: formação para o uso dos meios de comunicação e o exercício da comunicação dialógica, com a utilização ou não de tecnologias;
2. Pedagogia da Comunicação: facilitar o processo educativo por meio dos recursos próprios da comunicação;
3. Expressão pelas Artes: apropriação das linguagens artísticas para manifestações culturais e construção de um diálogo em sociedade;
4. Produção Midiática: criação de conteúdos com propósito educacional na mídia para democratização da informação e do conhecimento;
5. Mediação Tecnológica na Educação: formatos possíveis somente pelo uso de tecnologias, como a modalidade de Educação à Distância;
6. Epistemologia da Educomunicação: ligada à pesquisa acadêmica e à investigação e consolidação dessa área do conhecimento;
7. Gestão da Comunicação: otimização de ecossistemas comunicativos, por meio da avaliação e do planejamento estratégico.

É claro que, é difícil enquadrar um bom projeto de educomunicação em somente uma área de intervenção. Quando bem estruturadas, as iniciativas e atividades propostas acabam cruzando barreiras e se dispondo em mais de uma área apresentada. Estão presentes seja na escola (com divisão etária ou não), em projetos sociais, em atividades extracurriculares com a

comunidade ou em iniciativas institucionais. Costumam se apropriar das ferramentas digitais para produção de conteúdo independente, como um jornal escolar, uma rádio comunitária, um blog na internet etc. Mas também valorizam a gestão da comunicação, o diálogo, a escuta, a comunicação para o desenvolvimento da cidadania, iniciativas socioambientais e expressão de arte, entre outros, que não possuem a tecnologia como base ou foco. Essa pluralidade de formatos caracteriza a magnitude do campo da educomunicação e instiga especialmente o interesse das novas gerações.

Apesar dos nativos digitais serem os mais presentes nessas modalidades, os públicos dos projetos são diversos, na medida em que cada indivíduo representa uma experiência pessoal única. Os temas trabalhados surgem do próprio cotidiano e expõem as questões que os inquietam, como o mercado de trabalho, a educação nacional, a discriminação social, a violência urbana, a preocupação ambiental etc. E é justamente retomando suas vivências e anseios individuais que conseguem compreender de forma crítica os problemas sociais e da mesma forma, suas potenciais propostas de intervenção. É neste momento, após uma reflexão mediada por um processo educ comunicativo, que se materializa a consciência cidadã que os acompanharão ao longo da vida.

Dessa forma, os projetos educ comunicacionais são produtos diretos da cidadania comunicativa. Para elucidar o conceito, sob um ponto de vista mais prático, faz-se necessária uma rápida apresentação acerca dessas iniciativas. Primeiramente, podemos citar o Imprensa Jovem²⁹, no qual, estudantes paulistas produzem conteúdos jornalísticos multimídia e os divulgam por meio de agências de notícias próprias de cada escola. Nelas, os jovens propõem pautas, cobrem eventos, editam materiais e divulgam seu trabalho por meio de blogs e rádios comunitárias, além das mídias sociais. Por esses meios de comunicação, podemos nos informar sobre o mundo a partir da visão dos pequenos jornalistas, fazendo com que o público adentre à realidade apresentada.

Outro projeto que gera essa conexão é a Escola de Comunicação da Meninada do Sertão da Fundação Casa Grande³⁰, localizada em Nova Olinda, no interior do Ceará. A instituição partiu do desejo do casal Rosiane e Alemberg Quindins em reunir e passar adiante a história do povo do Vale do Cariri, na Chapada do Araripe. As descobertas foram reunidas em forma de museu, o Memorial do Homem Kariri. As crianças e adolescentes da cidade se interessaram muito pela novidade e começaram a frequentar a instituição assiduamente. A partir desse momento, passaram a se responsabilizar por atividades específicas do museu

²⁹ Site do Imprensa Jovem: <https://imprensajovem10.wordpress.com/>

³⁰ Site da Fundação Casa Grande: <https://blogfundacaocasagrande.wordpress.com/>

(como o tour turístico), mas também se tornaram construtores ativos de uma nova história para a região. De forma que, além do museu, os alunos também participam da produção de programas de Rádio e TV, documentando com atualidade a nação Cariri.

A educomunicação também permite trabalhar com necessidades específicas da sociedade, como é o caso do Projeto Painel Mar³¹, que engaja-se no cuidado da saúde dos oceanos. Esse “cuidar” parte de ações estratégicas de educação, de forma colaborativa e multissetorial, promovendo conhecimentos que sirva de respaldo para políticas públicas mais sustentáveis. Nesta iniciativa, estão presentes membros da sociedade civil, acadêmicos e entidades governamentais. Da mesma forma, outro projeto do estado de São Paulo que trata de um tema característico é o Educom. Saúde³². Num formato completamente diferente dos citados anteriormente, o objetivo da proposta é capacitar profissionais da saúde a partir da necessidade de novas práticas integradas de educação e comunicação que mobilizem as comunidades locais. Dessa forma, os agentes de saúde são convidados a encontrar novas formas de dialogar com a população da região em que trabalham, promovendo sua participação ativa em busca de mais qualidade de vida.

No sul do país é desenvolvido outro projeto que nos permite compreender a aplicabilidade do conceito de cidadania comunicativa aos projetos educacionais, sendo este o Alunos em Rede - Mídias Escolares, também conhecido pela abreviação AlemRede. A iniciativa é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (RS), e tem como característica principal a produção de conteúdo por meio do uso de rádio e outras mídias, veiculado dentro e fora do ambiente escolar. Ao todo, 13 escolas da rede municipal de ensino de Porto Alegre participam do projeto. Elas se situam em ambientes marcados pela desigualdade econômica, nas periferias e com alunos de classe socioeconômica baixa.

Morigi (2014) analisa o projeto problematizando o conceito de cidadania comunicativa na prática educacional. De forma que, ao adotar os quatro níveis de análise propostos por Mata (2006), busca compreender de que modo a cidadania é exercida e realizada pelos estudantes a partir da educomunicação. Para isto, obtém dos próprios alunos os relatos de suas experiências no projeto. Dentre as diversas contribuições da pesquisa, o pesquisador conclui que “a cidadania se efetiva na medida em que o processo educativo se amplia e se redimensiona, o que também ativa nos alunos comportamentos ou atitudes reflexivas críticas sobre os acontecimentos que os cercam” (MORIGI, 2014).

³¹ Site do Painel Mar: <https://painelmar.com.br/>

³² Mais informações sobre o Educom. Saúde: <http://www.saude.sp.gov.br/sucen-superintendencia-de-controle-de-endemias/conteudo-do-banner-central/educom-saude-sp>

Partindo do pressuposto que essa qualidade destacada por Morigi não é exclusiva do projeto AlemRede, pois se relaciona diretamente com os princípios fundamentais da educomunicação, tal característica pode ser observada em outros programas, caso estes manifestem seu caráter educ comunicativo, como os outros exemplos citados anteriormente. A partir das experiências apresentadas, retomando o objeto e o objetivo desta monografia, questiona-se “O Parlamento Jovem Brasileiro se constitui como um projeto de educomunicação?”. Antes de seguirmos para análise das entrevistas com os egressos, é apresentado no capítulo seguinte alguns espaços de participação presentes no projeto, que permitem a observação das formas de interação no PJB, para além da jornada parlamentar.

3. ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

Quando nos referimos a espaços de participação, estes podem ser entendidos de diversas maneiras. Na literatura acadêmica, muitas vezes se reconhece a participação como espaços concedidos pelo Estado e não a partir de uma visão de conquista de direitos e emponderamento popular (BENEVIDES, 1994). Já neste capítulo seguiremos a partir da segunda perspectiva, por isso, serão observado espaços mediados pela comunicação no qual a participação se faz presente, no sentido que reconhecemos nessas “plataformas” qualidades como o direito à informação, transparência, diálogo e democratização do conhecimento. Quando a participação é ineficaz, os indivíduos são colocados à margem das discussões e possibilidades de intervenção, inviabilizando suas ações como cidadão. Assim, nos espaços observados a cidadania se faz presente pela integração do público aos canais de comunicação, o que permite o acesso à informação e a possibilidade de ação diante dela. Esses diretos são primordiais quando tratamos de educomunicação e participação popular.

3.1. Portal Câmara

Primeiramente, foi observado o site do Parlamento Jovem Brasileiro no Portal Câmara. Esse ambiente virtual reúne diversas informações sobre a estruturação da simulação do PJB e também uma importante produção de conteúdo sobre cidadania e democracia. O intuito é tornar acessível o conhecimento sobre o processo legislativo e compartilhar a informação de um jeito mais informal. Para isso, há uma adaptação da linguagem para que qualquer leitor, até o mais inexperiente, compreenda de forma didática o conteúdo ali apresentado. Também é apresentado questionamentos e expressões mais cotidianas para se aproximar e tornar mais atrativo o texto para quem o ler. Apesar de apresentar um conteúdo expositivo, esse espaço se relaciona com a participação na medida em que é fonte primária de informação para estudantes e educadores, gerando transparência e visibilidade do projeto à população.

No sumário inicial do site, encontram-se oito tópicos, sendo estes: “Todas as Edições”, “Como Funciona”, “Coordenadores Estaduais”, “Sou Educador”, “Sou Estudante”, “Notícias para Você”, “Outros Conteúdos” e “Perguntas Frequentes”. É interessante notar como a organização do site se dá por um recorte em relação ao público que o acessa (como é o caso das abas “Coordenadores Estaduais”, “Sou Educador” e “Sou Estudante”), mas também com a presença de tópicos gerais (por exemplo, “Edições Anteriores”).

FIGURA 1 - PÁGINA INICIAL DO SITE DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO



Fonte: PJB (2021)

A seguir uma breve descrição do conteúdo contido em cada seção. Em “Todas as Edições”, como o nome sugere, é possível encontrar informações sobre as edições passadas do PJB. Possui um caráter documental e informativo, com detalhes sobre os momentos de destaque da simulação e os projetos apresentados. Cada edição possui um texto de descrição, com dados sobre a Mesa Diretora, os projetos selecionados para Plenária Final, os deputados da Comissão Executiva, novidades da edição, relatos dos estudantes, relação dos participantes e projetos apresentados, além de fotos tiradas durante as atividades da jornada parlamentar.

Diante da análise dessa seção é possível perceber que as edições mais antigas não possuem tanto conteúdo quanto as edições mais recentes, sendo a edição de 2020 a maior em termos de produção. Isso se deve por questões históricas, como o fato de que em 2004, primeira edição do PJB, não havia tantos recursos tecnológicos disponíveis e direcionados ao projeto. Assim como, a edição de 2020 manifesta um caráter de exceção, visto que devido à pandemia de Covid-19 foi completamente realizada de forma virtual.

Mas também há um fator organizacional que impactou diretamente na forma em que o conteúdo do PJB é produzido e disponibilizado, tendo relação direta com a criação da Secretaria de Participação, Interação e Mídias Digitais (SEMID) no organograma da Câmara dos Deputados ao final do ano de 2018. Essa mudança estrutural integrou novos comunicólogos ao PJB e, como consequência, possibilitou uma ascensão da comunicação dentro do Parlamento Jovem Brasileiro e novas possibilidades de se trabalhar a educação para democracia. Além do fato que esses profissionais, sob o viés da comunicação, estão atentos a

problemáticas como a interatividade, a acessibilidade, a transparência e o direito à informação. Esses princípios, tão fundamentais à comunicação pública e à educomunicação, vêm sendo trabalhos com maior efetividade nos últimos anos e possibilitaram a catalogação de dados antigos e produção de materiais atuais.

A aba “Como funciona” apresenta o projeto, trazendo sua história e seus objetivos. Encontram-se também detalhes acerca do processo seletivo, a formação parlamentar e detalhes sobre transporte, hospedagem, alimentação e vestimenta. Sobre os públicos, o primeiro tópico apresentado é sobre os “Coordenadores Estaduais”, no qual consta informações sobre o processo de formação em Brasília e informações sobre cada um dos 27 coordenadores e Secretarias de Educação para se entrar em contato, constando endereço e meios para comunicação direta.

Já em “Sou Estudante” estão presentes informações que são fundamentais para os jovens que desejam participar do projeto, como a estruturação do PJB, a lista de coordenadores estaduais, detalhes do processo legislativo e materiais de apoio para a escrita do projeto de lei. Por fim, a última aba que representa um público do PJB é o “Sou Educador”, no qual é destaca a importância de iniciativas de educação para democracia, como é possível trabalhar esses conteúdos em sala de aula, a relação com a Matriz do ENEM, sugestões de atividades em sala de aula e materiais de apoio e aprofundamento.

O tópico seguinte é o “Notícias para Você”, no qual são reunidas em formato jornalístico diversas temáticas sobre história, política e conteúdos próprios da Câmara, como apresentação de outros projetos institucionais. Cada conteúdo é organizado por linhas editoriais, no qual se destaca o #PJBnaHISTÓRIA, que se propõe a abordar temáticas históricas sob a perspectiva da política. Na seção, também tem a cobertura das atividades do PJB, informações sobre dúvidas acerca do acompanhamento da simulação e matérias sobre outros projetos educacionais, como o Politeia e o Plenarinho.

Na aba seguinte, “Outros conteúdos”, contém duas categorias, sendo a primeira as atividades online e a segunda os destaques temáticos dos projetos de lei apresentados. Esse último é também chamado de #EdiçõesAnteriores e a escolha dos PLs é feita com base nas datas comemorativas que ocorrem durante o mês. Nele, podemos acessar as normativas originais apresentadas pelos deputados jovens. Por fim, o último tópico do sumário principal apresenta as “Perguntas Frequentes”, questões que o público demonstra se interessar e perguntar com frequência. Essas respostas esclarecem detalhes sobre edições anteriores, processo seletivo e o futuro do PJB frente à pandemia. Há também, no lado direito da tela, um

sumário com destaques, com “Quem Somos”, “Facebook PJB”, “Instagram PJB” e “Agência de Notícias PJB”.

No primeiro, encontram-se informações sobre as parcerias envolvidas na organização do programa, ou seja, a equipe da Câmara dos Deputados, o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação e a Comissão Executiva mais recente, formada por deputados federais. O segundo e o terceiro direcionam para as redes sociais do Parlamento Jovem Brasileiro, no qual o público poderá acompanhar de forma mais dinâmica e interagir diretamente. Já o último, se destaca por compilar, a partir de um clipping de notícias, eventuais matérias jornalísticas que são de interesse da juventude e também materiais produzidos pela própria casa legislativa sobre cidadania e educação.

Entre as organizações compartilhadas nessa seção estão a Organização das Nações Unidas, a Agência Brasil, o Ministério da Educação, a Agência Câmara de Notícias, entre outras. As fontes podem ser de origem pública, privada ou não governamental, o que se observa na escolha dessas são as temáticas voltadas para juventude, educação e cidadania. Todos os conteúdos apresentados pelo site procuram dialogar com a população e trazer informações relevantes num formato descomplicado, de fácil entendimento. Entretanto, é importante destacar que, apesar de fazer uso de recursos interativos, são predominantemente expositivos. Por isso, é necessário o uso de plataformas mais interativas, como é o caso das redes sociais, discutido abaixo.

3.2. Redes sociais

As redes sociais transformaram os modos de se fazer comunicação nas últimas décadas, isto porque, antigamente se tinha à disposição meios essencialmente unilaterais, no sentido que a mensagem era passada do emissor para o receptor. Esse processo tem um caráter passivo, visto que as massas apenas tinham como opção receber essas informações. Com a chegada da internet foi possível que o público interagisse mais ativamente com as marcas e instituições, além de produzir o próprio conteúdo. Em relação ao Parlamento Jovem Brasileiro, a grande vantagem de ser ter um canal exclusivo de comunicação nas redes sociais é justamente a interação direta e rápida, o que dinamiza o contato e diálogo com a população³³. Essa plataforma é uma das mais completas quando pensamos em participação e nos princípios defendidos no início do capítulo. Diferentemente do site, que apresenta um

³³ Nesse caso se entende como redes sociais o Facebook e o Instagram. Apesar do projeto também possuir um canal do YouTube, essa plataforma é usada como hospedagem para vídeos.

conteúdo expositivo, aqui de fato a comunicação se manifesta em seu sentido primordial: o de troca de informações e diálogo.

As mensagens diretas são respondidas por uma equipe da organização especializada em atendimento ao público, que poderá responder às eventuais dúvidas e sugestões feitas pelos usuários. O conteúdo do site também migra para as redes sociais em um outro formato, com menos caracteres, vídeos e a possibilidade de interação por meio dos comentários. Além das efemérides e conteúdos parceiros postados nos *stories*.

Entretanto, o conteúdo que mais se destacou foi a produção de *lives* no Instagram. Como relatado no primeiro capítulo, a edição do PJB 2020 teve que se adaptar rapidamente à realidade jamais prevista pela humanidade, a necessidade de se isolar em casa, por questões de saúde pública. O PJB, que na época se encontrava em período de processo seletivo, precisou passar por alterações internas (visto que a equipe passou a trabalhar remotamente) e até mesmo alterações a respeito do conteúdo produzido. No início da pandemia, quando as regras de isolamento eram mais restritas, um gênero que se popularizou na internet foram as *lives*, transmissões instantâneas que permitem os internautas a se conectarem com outros usuários, a fim de minimizar a sensação negativa causada pela solidão do isolamento. Diante da popularidade desse formato, o projeto o adotou como mais uma forma de se comunicar com o público.

Assim, foram realizadas cerca de 30 transmissões ao vivo no Instagram do PJB, no período de maio de 2020 a abril de 2021³⁴. Inicialmente, as *lives* foram para apresentar o processo seletivo e dar dicas quanto a escrita do projeto de lei. Para isso, foram convidados servidores, analistas legislativos e estudantes de edições passadas. Após esse momento, também houve algumas transmissões para tratar sobre os projetos apadrinhados por deputados federais, como forma de inspiração para os jovens. Nesses, o egresso que apresentou o projeto de lei e o deputado que o apadrinhou participavam de uma conversa, falando sobre as suas motivações com o projeto de lei e a importância da cidadania. Estudantes do ano anterior também sugeriram fazer uma *live* especial de comemoração de um ano da edição 2019, que foi realizada em setembro de 2020.

Também foi comemorado junto com os estudantes em *live* o resultado do processo seletivo, no qual os participantes contaram mais sobre as expectativas para a edição 2020, que seria realizada de forma virtual. Após esse momento, uma série de transmissões foram feitas apresentando os deputados jovens, para fins de integração. Nem todos os estudantes aceitaram

³⁴ Até a escrita dessa análise em agosto de 2021.

participar, o que foi respeitado pelo projeto. Alguns bate-papos para o acompanhamento das atividades da edição também foram realizados, como as entrevistas com os Presidentes de Comissão e com os autores e relatores dos projetos selecionados para a Plenária Final. Também é o caso da Eleição Mesa Diretora, por exemplo, no qual as duas chapas concorrentes fizeram sua campanha em *live*. Diante do exposto, nota-se a importância desse espaço de participação para integração do público, socialização dos estudantes, promoção da transparência e adequação da linguagem frente às mudanças sociais e tecnológicas. Outras medidas foram adotadas para adaptação ao modelo remoto, como é o caso da criação da plataforma descrita a seguir.

3.3. PJB Participe

Assim como o processo legislativo é adaptado à jornada parlamentar do PJB, com as exigências da pandemia de Covid-19 não seria diferente, isso porque, os próprios deputados federais precisaram se ajustar à realidade imposta pelo isolamento social e a obrigatoriedade do trabalho remoto. Dessa forma, houve a necessidade de implementar novas tecnologias às atividades que antes eram realizadas presencialmente. Essas mesmas ferramentas disponibilizadas para os congressistas foram ofertadas aos participantes do parlamento jovem. Do ponto de vista documental e comunicativo, apesar do frustrante cancelamento da viagem a Brasília, essas novidades da edição 2020 trouxeram certos benefícios. O principal deles é o fato de que nunca, em nenhuma edição anterior, houve tanta produção de informação e divulgação da simulação em disponibilidade na internet.

Como descrito anteriormente, uma parte desse conteúdo é encontrada no site do projeto no Portal Câmara e também em suas redes sociais, com destaque para o uso do Instagram. Contudo, para fortalecer o acompanhamento da simulação, a edição 2020 contou com uma plataforma própria que registrou e deixou acessível à população todas informações e eventos de caráter público realizados pelo projeto. Assim, o site PJB Participe³⁵ se apresenta como uma plataforma interativa e tem seu propósito descrito em sua mensagem de abertura: “Aqui estão reunidas ferramentas legislativas que ampliam a interação entre seus participantes – e também permitem a participação da sociedade neste programa de Educação para Democracia realizado pela Câmara dos Deputados.” (PJB PARTICIPE, 2020). Partindo desse princípio integrativo, segue abaixo a descrição e análise das cinco ferramentas disponíveis no

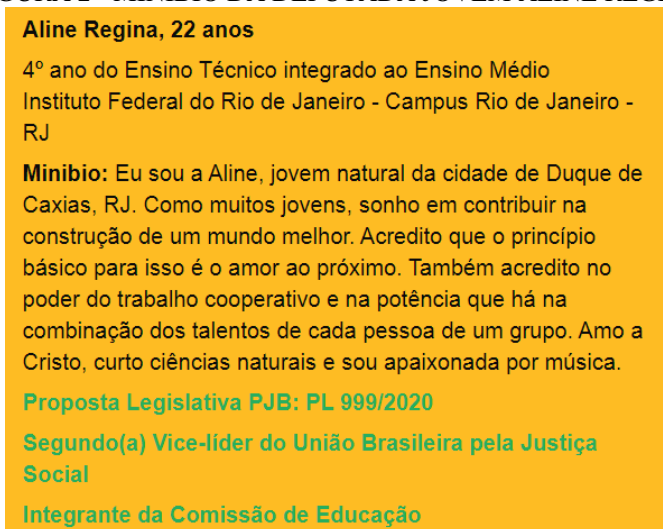
³⁵ Link: <https://midias.camara.leg.br/pjb/participe/>. Acesso: 15 ago. 2021.

site, sendo estas o Jovens Deputados, o Wikilegis, as Propostas do PJB, as Audiências Interativas e por fim, o Expressão.

3.3.1. Jovens Deputados

Com esse recurso podemos conhecer um pouco mais sobre cada um dos 78 estudantes que compõem a edição 2020. Cada deputado jovem possui uma página com informações pessoais, foto e uma breve apresentação, escrita por eles, denominada de “Minibio”, uma espécie curta de autobiografia. Entre as informações se encontra o nome parlamentar³⁶, a idade, a escola onde estuda, o ano do ensino médio e o estado que representa. Sobre a descrição pessoal é interessante perceber como cada estudante se apresenta de uma forma única, exibindo para o público o que veem como importante de ser destacado em si. Alguns jovens explicam sobre outros projetos os quais fazem ou fizeram parte, seja de engajamento político ou não, outros preferem deixar claro seu propósito como deputado jovem e quais são os valores que pretendem defender, há também aqueles que preferem comentar características mais pessoais, como traços de personalidade ou interesses culturais. Por meio desse momento de apresentação, envolvido por um processo de autoconhecimento, cada aluno encontra sua maneira de mostrar ao público sob quais lentes veem o mundo.

FIGURA 2 - MINIBIO DA DEPUTADA JOVEM ALINE REGINA



Fonte: PJB PARTICIPE (2020)

Sobre o perfil dos parlamentares jovens da edição 2020, podemos encontrar informações importantes acerca da participação dos jovens na simulação. A respeito do

³⁶ Importante destacar que a nomeação se relaciona com o direito de serem conhecidos e tratados por um nome de sua preferência, respeitando assim suas individualidades. Na prática, se manifesta na escolha pelo sobrenome civil de preferência, uso do nome social e até mesmo pela utilização de um apelido de uso público.

gênero, 42 pessoas afirmaram se identificar com o sexo feminino enquanto 36 declararam que pertencem ao sexo masculino. Isso quer dizer que as mulheres ocuparam 54% dos lugares no parlamento jovem, número bem superior ao de representantes eleitas no parlamento federal, apenas 15%. Esse dado ressalta a importância do incentivo ao interesse na participação política de meninas desde a fase escolar.

Entre os tipos de escolas das quais os alunos estudam, 58 são alunos da rede pública de ensino (sendo 29 da rede pública federal e os outros 29 são da rede pública estadual). Apenas 20 estudantes estudam em escolas particulares, representando pouco mais de um quarto dos deputados jovens. Sobre a faixa etária dos estudantes no início do programa, o maior número se deu entre os que possuíam 17 anos (38 respostas) com aproximadamente 49%. Seguido por 16 anos (19 respostas), 18 anos (15 respostas), 19 anos (4 respostas) e por fim, 20 e 21 anos (cada uma com 1 resposta).

Esses números dialogam diretamente com o ano escolar cursado, visto que 51,3% dos estudantes cursam o 3º ano do ensino médio, estando dentro das expectativas em relação a idade. Em relação aos outros anos escolares, 35,9% estão matriculados no 2º ano do ensino médio, 7,7% eram do 1º ano do ensino médio e apenas 5,1% cursavam o 4º ano do ensino médio, sendo o único ano escolar exclusivo do ensino técnico integrado. É importante pontuar que nos três primeiros anos iniciais do colegial podem ser encontrados alunos tanto da modalidade de ensino médio regular quanto de ensino técnico integrado com ao médio.

Outro dado interessante, que não consta no site do PJB Participe por questão de privacidade e segurança, é a questão da disponibilidade de internet e tempo entre os deputados jovens. Esse levantamento de dados ocorreu com o objetivo de conseguir adaptar e providenciar recursos necessários para o acompanhamento das atividades durante o modelo remoto, consequência da pandemia de Covid-19. Nesse âmbito, a Câmara procurou compreender qual era o perfil de acesso dos estudantes à internet e também quais as condições em relação à rotina dos estudantes. Perguntas sobre a dinâmica das aulas escolares durante o isolamento, plataformas preferidas de aprendizagem online, espaço adequado de estudos, disponibilidade para realização das atividades do PJB, saúde mental na pandemia, sugestões de atividades e comentários gerais foram fundamentais para adequação do projeto às necessidades dos estudantes, num período tão propício à desistência de atividades. Essas informações possibilitam tomadas de decisões mais estratégicas, com a contribuição da opinião dos próprios estudantes, o que representa um alinhamento às práticas comunicativas.

Por fim, ainda neste recurso, também podemos entender como os simulantes estão organizados quanto aos trabalhos legislativos. Isto se refere à associação aos partidos políticos, à participação nas comissões temáticas, à eleição aos cargos de representação da Mesa Diretora e também à disponibilidade do projeto de lei apresentado, direcionando para a ferramenta Propostas do PJB.

3.3.2. Wikilegis

A adoção do Wikilegis³⁷ no PJB contribuiu para o desenvolvimento de uma verossimilhança cada vez maior em relação ao processo de deliberação dos projetos de lei. Isto porque a ferramenta já fazia parte do cotidiano dos deputados federais e consultores legislativos. No entanto, somente com a disponibilidade de ampliação da jornada parlamentar na edição 2020 pôde ser implementada no projeto. Essa tecnologia é usada na Câmara dos Deputados desde 2013, mas passou por modificações até a nova versão mais intuitiva, lançada em 2019 (PORTAL CÂMARA, 2019a).

FIGURA 3 - WIKILEGIS DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO



Fonte: PJB PARTICIPE (2020)

Do ponto de vista prático, os usuários podem visualizar o texto das propostas legislativas e votar, integralmente ou parcialmente, se a normativa é considerada favorável ou não. Há também a possibilidade de adicionar sugestões de edição, adição, exclusão ou fazer comentários mais gerais. Para isto, o cidadão não precisa usar uma linguagem formal ou especializada. Seu intuito é incentivar que a população opine nas redações dos projetos que estão em fase de relatoria, ou seja, que ainda podem ser editados e alterados. Segundo a

³⁷ Link: <https://midias.camara.leg.br/pjb/wikilegis>. Acesso em: 16 ago. 2021.

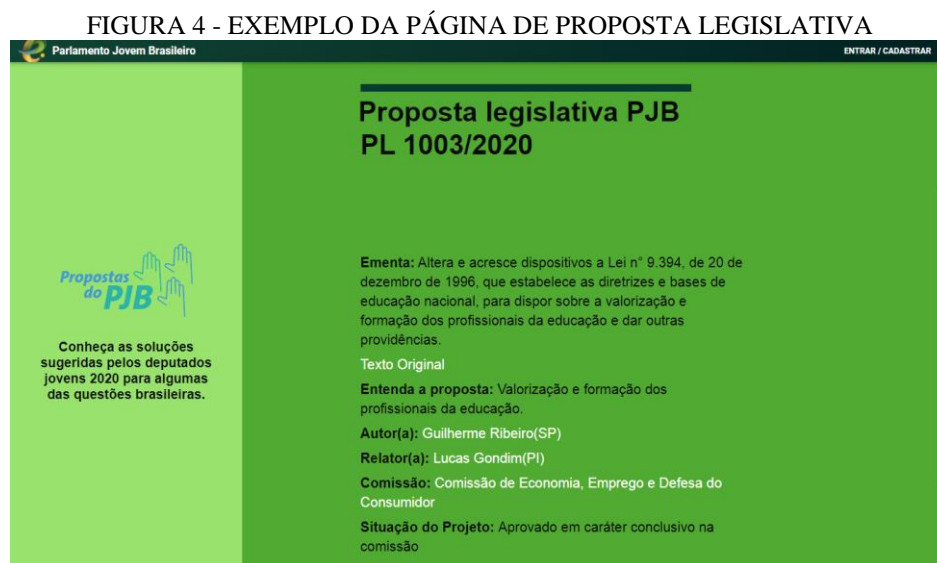
mensagem inicial, apresentada tanto no Wikilegis do parlamento federal quanto no do PJB, o objetivo é fazer com que o cidadão:

Analise os projetos de lei e contribua com sugestões de nova redação a artigos ou parágrafos. Os deputados relatores das proposições acompanham as participações e podem adotar sua ideia! Nessa interação, ganha a sociedade, que participa mais ativamente do processo legislativo, e ganha o Parlamento, que aprova leis mais aprimoradas e conectadas às necessidades dos cidadãos. (WIKILEGIS, 2020)

A partir disso, é possível ampliar as possibilidades de participação popular e de transparência aos trabalhos desenvolvidos pelo Parlamento Jovem Brasileiro. É interessante pontuar que essa ferramenta, juntamente com o recurso Expressão, coloca os simulantes num papel bem específico do exercício parlamentar: o de ouvir e dialogar com a população, de se expor a sugestões e de decidir pela melhor escolha possível dentro da administração pública para o benefício da sociedade.

3.3.3. Propostas do PJB

Nessa seção, encontram-se disponíveis as informações acerca dos projetos de lei apresentados pelos estudantes e também detalhes acerca da tramitação dentro da simulação. Cada projeto contém os seguintes dados: número da proposta legislativa, ementa (resumo do projeto), o arquivo com o texto original, o “entenda a proposta” (uma descrição simplificada acerca da normativa), o autor, o relator, a comissão e a situação do projeto (que pode ser rejeitado ou aprovado em caráter conclusivo ou não pela comissão).



Fonte: PJB PARTICIPE (2020)

A organização temática dos projetos apresentados na edição 2020 é um importante dado para se entender quais os temas que motivam os alunos ou por quais as pautas são engajados. Pensando na divisão por meio das comissões temáticas presentes no site, encontram-se seis eixos gerais. Nota-se que devido à pequena quantidade de projetos em relação a um tema específico, estes podem ser agrupados com outros projetos para formar uma comissão única com características similares, como é o caso da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente. Apesar desta representar interesses de grupos distintos no plenário federal.

A comissão que mais recebeu projetos foi a Comissão de Educação, com 16 projetos de leis discutidos. É interessante perceber que mesmo sendo a com maior quantidade numérica de propostas legislativas, todas tratam a respeito do mesmo tema. Isso representa uma ligação dos deputados jovens com temáticas ligadas à educação, a hipótese para esse interesse é justamente as vivências cotidianas e as experiências pessoais. Desde que aceitam o convite para observarem os problemas encontrados na sua realidade, é provável que se aproximem de um dos ambientes que passam grande parte de seu tempo, a escola. Além de que, antes de serem selecionados pelo PJB, muitos já foram impactados por experiências pedagógicas diversas, como outras simulações, atividades extracurriculares, iniciação científica, programas de capacitação de jovens etc.

Em segundo lugar, após as pautas educacionais, a comissão que mais teve projetos de lei foi a de Direitos Humanos e Minorias (15 projetos); Saúde e Segurança Pública (14 projetos); Cultura, Cidadania, Esporte e Turismo (12 projetos); Economia, Emprego e Defesa do Consumidor (11 projetos) e, Agricultura e Meio Ambiente (9 projetos). No somatório total é possível perceber que 77 projetos foram discutidos pelas comissões, isso significa que um deputado jovem pediu desistência da simulação. As reuniões para deliberação e votação dos projetos de lei foram gravadas e divulgadas na internet. Detalhes acerca desses eventos encontram-se no tópico a seguir.

3.3.4. Audiências Interativas

Todas as reuniões entre os estudantes, com o suporte da equipe Câmara, foram realizadas por meio da plataforma Zoom, um programa gratuito de teleconferência de vídeo. Nesses encontros foram discutidas diversas temáticas em diferentes formatos, desde de detalhes informativos, momentos de integração com uma proposta descontraída entre os estudantes até as atividades desenvolvidas durante a jornada parlamentar. Neste caso, a última se refere a simulação dos trabalhos legislativos e por isso, foram transmitidas ao vivo pelo

canal no YouTube da Câmara dos Deputados³⁸ e pela ferramenta Audiências Interativas³⁹ no portal PJB Participe.

Assim como no parlamento federal, as etapas do processo legislativo são de interesse público e devem ocorrer mediante a transmissão para população em geral, para que os cidadãos possam acompanhar o andamento das discussões políticas, da mesma forma, é feito no Parlamento Jovem Brasileiro há alguns anos. Em 2020, além dos vídeos no YouTube da Câmara dos Deputados, as transmissões ao vivo foram realizadas e armazenadas no PJB Participe, com possibilidade de interação por meio de comentários e com atualizações instantâneas acerca da tramitação dos projetos de lei, por exemplo. Além de ser um incentivo para que outros estudantes ao pesquisar pelo projeto conheçam e se interessem pela simulação, incentivando sua participação.

Essa seção conta com exatamente 16 vídeos, sendo estes: a Sessão de Diplomação e Posse dos Deputados Jovens 2020, três audiências públicas⁴⁰ (com os temas “Combate ao racismo e preconceitos”, “Desenvolvimento cívico e emocional de adolescentes no sistema socioeducativo” e “Moradias populares e pessoas em situação de rua”), 11 reuniões de comissão (duas sessões da Comissão de Economia, Emprego e Defesa do Consumidor; duas da Comissão de Educação; duas da Comissão de Cultura, Cidadania, Esporte e Turismo; duas da Comissão de Saúde e Segurança Pública; duas da Comissão de Direitos Humanos e Minorias; e somente uma da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente) e a Plenária Final.

Sobre as comissões, a quantidade de reuniões de cada uma se relaciona diretamente com o número de projetos que esta precisa discutir e votar. É interessante notar que comissões que tratam de somente um tema, como educação, realizaram duas reuniões. E da mesma forma, tiveram duas reuniões certas comissões que tratam de mais de uma temática, como é o caso da Comissão de Cultura, Cidadania, Esporte e Turismo. Essa observação já demonstra a preferência dos alunos por escreverem sobre determinados temas, como discutido no tópico anterior.

Diferentemente dos outros anos, em 2020 não houve a transmissão da eleição e posse da Mesa Diretora, já que a votação nessa edição se deu por meio de formulário eletrônico e divulgação nas redes sociais, diferentemente do que ocorre presencialmente, quando os

³⁸ Playlist organizada pelo Parlamento Jovem Brasileiro com os vídeos do canal da Câmara dos Deputados: <https://www.youtube.com/watch?v=sAay5ID4dPE&list=PLxFL4vXuaFK-Fk5sOCLT7xJNUnkKaRgvj>. Acesso em: 15 ago. 2021.

³⁹ Link do Audiências Interativas: <https://midias.camara.leg.br/pjb/audiencias/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

⁴⁰ As audiências públicas também foram denominadas de Audiências Interativas.

deputados jovens se reúnem para votação no painel eletrônico da Câmara dos Deputados. E por essa razão, não está presente na relação de vídeos do Audiências Interativas.

FIGURA 5 - PÁGINA INICIAL DO AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



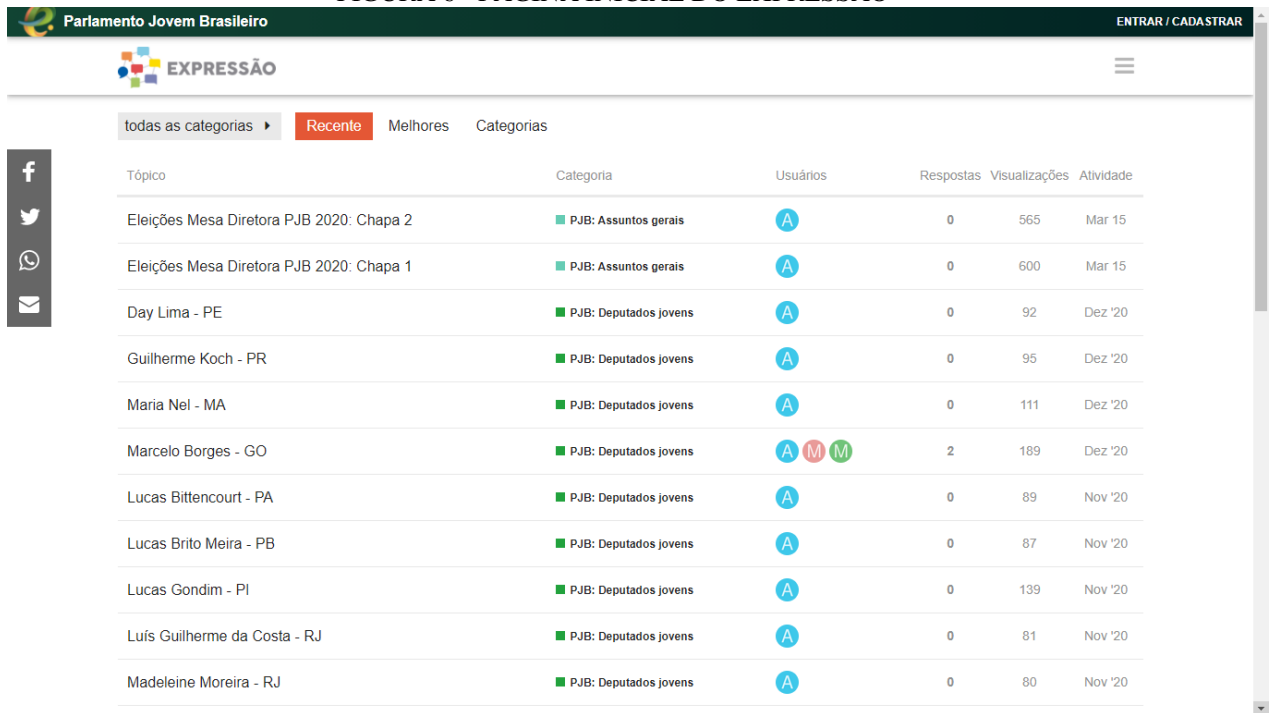
Fonte: PJB PARTICIPE (2020)

3.3.5. Expressão

O Expressão⁴¹ é um canal hospedado no site do PJB Participe que permite, como o próprio nome sugere, que os usuários se expressem, emitindo sua opinião, em relação ao andamento das atividades do Parlamento Jovem ou entrem em contato com os deputados jovens. Há a possibilidade de adicionar novos tópicos e fazer comentários, como um fórum para deliberações. Os tópicos de discussão estão divididos em duas categorias: “PJB: Assuntos gerais” e “PJB: Deputados jovens”. O primeiro apresenta dois tópicos, sendo estes as apresentações de cada uma das duas chapas que disputaram as eleições para Mesa Diretora da edição 2020. Já a segunda categoria, apresenta 78 tópicos, com os nomes de cada participante do projeto. É necessário destacar que tanto a população civil poderia opinar quanto os próprios estudantes envolvidos na simulação.

⁴¹ Link: <https://midias.camara.leg.br/pjb/expressao/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

FIGURA 6 - PÁGINA INICIAL DO EXPRESSÃO



Tópico	Categoria	Usuários	Respostas	Visualizações	Atividade
Eleições Mesa Diretora PJB 2020: Chapa 2	PJB: Assuntos gerais	A	0	565	Mar '15
Eleições Mesa Diretora PJB 2020: Chapa 1	PJB: Assuntos gerais	A	0	600	Mar '15
Day Lima - PE	PJB: Deputados jovens	A	0	92	Dez '20
Guilherme Koch - PR	PJB: Deputados jovens	A	0	95	Dez '20
Maria Nel - MA	PJB: Deputados jovens	A	0	111	Dez '20
Marcelo Borges - GO	PJB: Deputados jovens	A M M	2	189	Dez '20
Lucas Bittencourt - PA	PJB: Deputados jovens	A	0	89	Nov '20
Lucas Brito Meira - PB	PJB: Deputados jovens	A	0	87	Nov '20
Lucas Gondim - PI	PJB: Deputados jovens	A	0	139	Nov '20
Luís Guilherme da Costa - RJ	PJB: Deputados jovens	A	0	81	Nov '20
Madeleine Moreira - RJ	PJB: Deputados jovens	A	0	80	Nov '20

Fonte: PJB PARTICIPE (2020)

Apesar do recurso ser extremamente interessante e necessário para a ampliação do diálogo, praticamente não houve ações ou comentários na plataforma. A hipótese seja pelo fato dos usuários terem se engajado em formas de interação simultâneas e instantâneas, como por meio de comentários ao vivo no YouTube e contato direto pelo Instagram. Além do mais, durante toda a edição os estudantes podem entrar em contato, por meio de diferentes canais, com outros participantes e também com a comissão organizadora.

Ao final das atividades, os jovens participam de duas etapas de avaliação do projeto, sendo estas o processamento e a avaliação. A primeira diz respeito a um encontro, como uma roda de conversa, num formato aberto, em que os estudantes podem se expressar e falar sobre seus aprendizados e suas dificuldades durante a edição. Já a segunda, os jovens respondem a um questionário, com respostas abertas, sobre sua experiência na simulação. Esses mecanismos permitem que o projeto seja avaliado e planejado a partir das perspectivas dos próprios estudantes, o que assegura sua aptidão educacional, e direciona novas ações para o desenvolvimento do parlamento jovem.

3.4. Coordenadores Estaduais

Esse ponto de análise se distancia, em parte, das plataformas apresentadas anteriormente. Isto porque, sua interação não se dá estritamente no ciberespaço e também não é direcionada à população em geral, mas sim, trabalha com um público bastante específico: os coordenadores estaduais.

Como apresentado brevemente no primeiro capítulo, o PJB mantém uma parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e as Secretarias Estaduais de Educação. Esse relacionamento é estratégico, pois tem como objetivo mobilizar os alunos de ensino médio do estado a participarem do Parlamento Jovem. O apoio desses parceiros é fundamental para dar capilaridade e oportunidade de participação a diversos estudantes, principalmente em situação de desigualdade de recursos, como é o caso das escolas públicas quando comparado à rede privada.

Para isto, é escolhido um coordenador estadual, um servidor da Secretaria de Educação que será o responsável pelo Parlamento Jovem Brasileiro no estado. No total, são 27 coordenadores estaduais que representam as 27 unidades federativas brasileiras. É por meio desses representantes que alunos e professores podem entrar em contato e solicitar informações e apoio institucional. A função dos coordenadores consiste em basicamente três atribuições: a divulgação do PJB no estado, apoio à população quanto a participação no projeto e realização do processo seletivo.

Sobre o primeiro, a própria Câmara dos Deputados elabora peças publicitárias, impressas e digitais, para promoção nas escolas regionais e nas redes sociais das Secretarias de Educação. As peças para sites ou redes sociais são fundamentais para dar visibilidade ao projeto e informar os alunos e as escolas que já aguardam o início das inscrições por meio da internet. Mas é claro que, não são todos os alunos que possuem acesso à rede ou que navegam constantemente, por isso, as peças impressas e expostas nas escolas são fundamentais. O material impresso é composto por banners e filipetas que são distribuídas para escolas e educadores. Já as peças digitais se apresentam em formatos mais diversos, desde posts para redes sociais, stories, capa de perfil, banner para os institucionais, divulgação interna na Câmara, e-mail marketing etc. Exemplos das peças de divulgação a seguir.

FIGURA 7 - EXEMPLO DE FILIPETA, MATERIAL IMPRESSO



Fonte: Câmara dos Deputados (Acervo Restrito)

FIGURA 8 - EXEMPLO DE BANNER PARA REDES SOCIAIS



Fonte: Câmara dos Deputados (Acervo Restrito)

Além da contribuição para promoção do projeto, também é de responsabilidade das Secretarias de Educação a primeira fase do processo seletivo, denominada de pré-seleção

estadual. Essa etapa foi descrita no primeiro capítulo desta monografia, mas basicamente leva em consideração três critérios de seleção: são esses a justificativa da proposição, sua relevância para sociedade e a técnica legislativa. Como os coordenadores estaduais são os responsáveis por essa seleção é necessário que os mesmos venham até Brasília para um período de formação, no qual, serão orientados quanto ao desenvolvimento e avaliação do processo seletivo. Conjuntamente com esse propósito, há também a necessidade de apresentar o PJB para os novos coordenadores, reforçar condutas com os mais experientes e também integrá-los sobre as atividades do projeto.

Apesar de não serem o público-alvo da simulação e não passarem por todas as atividades que os simulantes estão imersos, essa oportunidade de formação em Brasília faz com que a cidadania seja incentivada até mesmo nesses servidores. Assim, além de um cidadão integrado aos mecanismos básicos do processo legislativo, temos também um profissional capaz de reconhecer, analisar e propor soluções mais cidadãs dentro das Secretarias de Educação. Essa experiência é fundamental para ampliação da participação popular não somente no projeto da Câmara dos Deputados, mas também em novas iniciativas estaduais.

Quando pensamos a integração entre comunicação e educação, entendemos que “o eixo das relações comunicacionais entre pessoas e grupos humanos converte-se no hábitat natural para educomunicação... conceitos como democracia, dialogicidade, expressão comunicativa, gestão compartilhada dos recursos da informação fazem parte de seu vocabulário. Está presente onde práticas de comunicação se manifestam com consequências para a vida em sociedade” (SOARES, 2011). Isso demonstra como que a educomunicação está presente no projeto para além da jornada parlamentar, impactando também outros profissionais envolvidos nesse processo. Entende-se essa oportunidade de formação como um espaço de participação próprio, ainda que limitado, que proporciona novas formas de protagonismo social.

4. ENTREVISTAS

Como apresentado na introdução desta monografia, a última etapa do percurso metodológico se dá com a análise das entrevistas dos egressos do Parlamento Jovem Brasileiro (PJB). Diferentemente do item 2.7 Influência para os egressos, nesta seção se encontra uma produção primária de informação, com análise e coleta de dados realizados pela autora. O objetivo dessa etapa é ouvir as experiências dos jovens que participaram da simulação, afinal, somente a partir da vivência desses sujeitos é possível compreender de que forma a educomunicação se manifesta na prática, durante não somente o andamento da jornada parlamentar, mas também ao longo das vidas desses jovens.

Para isto, foram selecionados seis deputados jovens de cinco edições do projeto. Assim, dois participaram da edição 2020 (mais recente) e os demais simularam em 2016, 2012, 2008 e 2004 (primeira edição do PJB). A escolha das edições se deu por meio do intervalo de 4 anos e para edição 2020 foram definidos dois entrevistados com o objetivo de analisar visões diferentes dessa edição atípica, realizada virtualmente devido à pandemia de Covid-19.

Em relação ao perfil dos egressos, foram entrevistadas três mulheres e três homens, para haver equidade de gênero nas respostas. Algo que também condiz com a proporcionalidade de gênero dos participantes no projeto, que apresentam uma variação mínima. Como demonstrado no capítulo 3, a edição 2020 teve 57% de participação feminina e 43% masculina. Desses selecionados, cada um representa uma região do Brasil, visando manter a diversidade regional existente no PJB na pesquisa. Como veremos mais a frente, esse inclusive foi um ponto fundamental de destaque dado pelos entrevistados. Evidentemente, há apenas cinco regiões brasileiras e seis egressos entrevistados. Logo, o Sudeste, região que detém o maior número de vagas ofertadas na simulação, teve dois deputados jovens entrevistados.

Dessa forma, os participantes da pesquisa são Marcela (feminino, Sudeste, 2020), Gustavo (masculino, Centro-oeste, 2020), Helena (feminino, Sul, 2016), Maurício (masculino, Nordeste, 2012), Bianca (feminino, Sudeste, 2008), Fernando (masculino, Norte, 2004). Lembrando que esses nomes são fictícios, pois não há necessidade da revelação das identidades dos entrevistados, fato que também permite que os egressos se sintam mais confortáveis ao compartilhar suas experiências e eventuais críticas. Destaca-se que esses indivíduos foram selecionados de forma aleatória, de acordo com os recortes estabelecidos. A técnica de entrevista se deu por meio do modelo semiestruturado, no qual um roteiro de perguntas foi elaborado, mas houve a possibilidade de inserção de questões adicionais a partir

dos comentários feitos pelos candidatos. Essa perspectiva é vantajosa por trazer flexibilidade à entrevista e a oportunidade de aprofundamento em pontos considerados relevantes para a investigação. O roteiro da entrevista foi composto por oito questões, sendo que a última era diferente caso o simulante tivesse participado da edição 2020, por ter sido a simulação mais recente e com um ponto distinto de análise: a adequação das atividades devido ao modelo remoto.

As questões foram elaboradas visando responder aos seguintes eixos analíticos: conhecimento acerca de processo legislativo e política previamente ao PJB; experiência de participação no PJB; conhecimentos obtidos por meio do projeto; oportunidade de expressão e comunicação e experiências negativas e impactos posteriores. A relação completa com as perguntas realizadas se encontra no apêndice “Roteiro de Perguntas”, ao final deste trabalho. As entrevistas foram realizadas no período de setembro até outubro de 2021, já as análises se deram no mês de finalização das entrevistas e utilizou-se o método qualitativo. Os trechos destacados entre aspas neste capítulo se referem a citações ou termos originais, ou seja, feitos pelos próprios entrevistados. Dito isso, seguem os resultados encontrados.

Sobre a primeira questão, que se refere à relação dos egressos com o processo legislativo e a política antes da participação no PJB, a maioria das respostas mostrou que os estudantes, na época, tinham pouco conhecimento acerca dessas duas áreas. Bianca (2008) afirmou que não tinha nenhum contato com nenhum desses campos e que aceitou participar do projeto somente devido ao convite feito pelos professores da escola em que estudava. Já Fernando (2004) afirma que conhecia um pouco sobre política devido às conversas com uma amiga que tinha muito interesse no assunto e era filiada a um partido político na época, que inclusive, destacou ele, hoje é deputada federal. Entretanto, era algo mínimo e com o processo legislativo era “zero”. A mesma experiência aconteceu com Marcela (2020), “tinha algumas noções básicas sobre política, mas muita coisa que eu sei hoje eu aprendi no PJB. Acho que o programa ajudou desde cedo a entender como tudo funciona dentro da Câmara e foi muito importante para mudar a perspectiva que eu tenho hoje sobre política”.

Diferentemente dos outros, que demonstraram distanciamento em relação às temáticas, Maurício (2012) contou que era bastante “indignado” com a classe política e por não conhecer o processo legislativo acreditava que a política era algo com que não deveríamos nos envolver. Helena (2016) compartilhava do mesmo pensamento, confessou que tinha bastante “preconceito” devido às notícias que escutava sobre corrupção e ao que as pessoas ao seu redor comentavam sobre o assunto.

O único entrevistado que já tinha interesse em política e gostava de pesquisar sobre o assunto foi Gustavo (2020), que definiu seu conhecimento antes de participar do projeto como “básico a intermediário”. Destacou que sua escola desempenhou um importante papel para esse contato inicial, já que havia atividades curriculares que levavam os alunos para as audiências públicas da Câmara Municipal da cidade onde mora e nelas gostava bastante de falar e participar. No relato de Gustavo (2020) e Bianca (2008) podemos observar a importância do ambiente escolar para a inserção e o engajamento dos alunos em pautas de exercício da cidadania, é justamente por meio desse estímulo inicial que os estudantes passam a se interessar pelo assunto e buscar por novas formas de participação.

Assim como defendido no primeiro capítulo, os educadores são atores sociais fundamentais para promoção de iniciativas de educação para a democracia. Por essa razão, a educomunicação “tanto como paradigma quanto como procedimento, coloca-se a favor do professor que alimenta o ideal de contribuir para que profundas mudanças na realidade pessoal e comunitária de seus estudantes se tornem possíveis” (SOARES, 2011).

Em relação à experiência de participação no PJB, segunda pergunta do roteiro, todos os entrevistados se mostraram satisfeitos com a oportunidade. Gustavo (2020) avaliou que agora, graças à simulação, seu conhecimento se encontra entre “intermediário a avançado” e ainda comentou confiante que se fosse convidado a falar sobre política e processo legislativo em alguma ocasião faria com “tranquilidade”. Participante da mesma edição, Marcela (2020) contou que foi uma experiência “muito boa”, mesmo tendo participado da edição remota, o que a surpreendeu positivamente. Compartilhou que conheceu pessoas com quem mantém contato até hoje e aprendeu bastante sobre política, o que a influenciou na decisão de carreira, já que pretende cursar economia e daqui uns anos, seguir carreira política. “Eu recomendaria para todo mundo essa experiência”, complementou a estudante que ainda está no ensino médio.

A certeza na escolha da profissão após o PJB também ocorreu para Fernando (2004), “foi um divisor de águas na minha vida, porque ir para lá me fez voltar com a visão de que é isso que eu quero para minha vida e é algo que eu trabalho até hoje”. Só que diferentemente de Marcela (2020), o egresso conta que se identificou mais com os analistas legislativos da Câmara dos Deputados do que com a política em si, por isso, cursou direito e atualmente trabalha na área. Bianca (2008), que aceitou participar devido ao convite dos professores, relatou que gostou bastante da experiência e destacou animada a questão da diversidade cultural presente no projeto.

Já Maurício (2012), que não tinha uma visão positiva sobre política, disse que conseguiu aprender bastante sobre o assunto e que ficou encantado com o processo legislativo, isso o fez mudar de opinião e seu desejo é que “mais gente tivesse essa experiência para começar a desmistificar um pouco esses mitos que existem na cabeça dos brasileiros”. Helena (2016) passou por uma experiência similar, já que também não gostava da temática, mas relatou que a simulação foi “muito boa” e agregou bastante conhecimento e outras habilidades, como veremos mais a frente. Além disso, confessou ter mudado sua opinião sobre política depois que passou a compreender como ocorre o processo legislativo. Esses depoimentos mostram como certas vezes o desprezo político se dá por um desconhecimento do funcionamento das instituições representativas.

Aprofundando esse tópico, quando os demais entrevistados foram questionados se as percepções que tinham acerca do processo legislativo e da política mudaram depois do PJB, na questão de número 3, todos confirmaram que sim. Contudo, a diferença se encontrou na forma com que essas mudanças se manifestaram. Apesar de já ter pesquisado bastante sobre o assunto antes do PJB, Gustavo (2020) alegou que a questão prática foi, para ele, o grande diferencial do projeto, devido a oportunidade de vivenciar no cotidiano o andamento dos trabalhos parlamentares. Já Marcela (2020) comentou que a maior transformação foi em como passou a ver o processo de tramitação⁴² que, segundo ela, “não é algo tão complicado e que todos deveriam ter”, destacou ainda a importância desse tipo de conhecimento para o exercício da cidadania. Opinião essa que articula com a argumentação teórica apresentada no segundo capítulo, no qual se compreende que a participação popular, por meio da cidadania, é essencial para manutenção da democracia.

Essa questão também pode ser vista na resposta dada por Bianca (2008) que afirmou que sua percepção mudou. Disse que agora se interessa e acompanha mais política. Diferentemente dos demais participantes, a entrevistada não seguiu nem tem interesse na carreira política ou na advocacia. Para ela, o impacto foi mais em relação à sua cidadania e a forma como passou a ver o processo legislativo: “quem está de fora não tem noção de como é lá dentro, pensa que é muito fácil, mas não é, tem muitos trâmites para colocar em prática”. Ainda nessa questão, um comentário interessante feito pela entrevistada é sobre a forma como vê os jovens de hoje, que segundo ela, são mais participativos em relação às gerações passadas, inclusive a própria. Obviamente isso vem de uma visão pessoal, mas é interessante

⁴² Como explicado anteriormente, tramitação refere-se ao caminho percorrido por um projeto de lei/emenda, que consiste basicamente em sua apresentação, deliberação nas comissões temáticas até sua aprovação ou arquivamento.

para se refletir se houve mudanças de comportamento político nos jovens, especialmente com a ascensão das redes sociais.

Helena (2016), que já havia citado a mudança de perspectiva em relação à temática, completou: "Depois que eu estive lá, percebi que é um mundo à parte. A política é extremamente necessária, o processo legislativo é muito complexo e se todo o brasileiro tivesse a chance de ver como tudo funciona, eu acho que a opinião de muitas pessoas mudaria". Por fim, como já apresentado em outras perguntas, Fernando (2004) e Maurício (2012) também mudaram suas percepções, o que os levaram a pesquisar mais sobre o assunto e seguir carreira no Direito.

Já a quarta pergunta questionava se o projeto proporcionou algum aprendizado além do processo legislativo. Pois, para Soares (2011), em consonância com Antônio Carlos Gomes da Costa (2000)⁴³, "a ampliação das formas de participação deve ser traduzida essencialmente num ganho de autonomia, de autoconfiança e de autodeterminação, numa fase da vida em que o jovem se procura e se experimenta, empenhado que está na construção da sua identidade pessoal e social e no seu projeto de vida". Ou seja, essa afirmação indica que os projetos participativos geram impactos profundos no processo de desenvolvimento humano e extrapolam a ideia inicial proposta por essas iniciativas. Como é o caso do PJB, que fundamentalmente se propõe a trabalhar as práticas legislativas e cidadãos.

Assim como no tópico anterior, todos afirmaram que sim, mas citaram diferentes perspectivas. Gustavo (2020) disse que sua maior aquisição foi aprender a lidar com pessoas de diferentes posicionamentos ideológicos e isso o fez ver que o conceito de verdade é algo relativo e que cada pessoa possui uma visão diferente. Enquanto isso, Marcela (2020) destacou a habilidade de oratória e comunicação, já que os deputados jovens precisam participar de diferentes reuniões, entrar em contato com outros simulantes, defender seus projetos nas deliberações etc. Helena (2016) citou essas duas habilidades e salientou que a convivência com outros jovens é um dos grandes destaques do programa.

Assim como a egressa, os demais participantes compartilharam que a maior experiência que tiveram foi em relação ao contato com a diversidade cultural brasileira. Coincidentemente, Bianca (2008) e Maurício (2012) lembraram situações inusitadas com os colegas do Sul, como troca de sotaques e curiosidade em relação ao chimarrão, bebida sulista típica que os participantes levaram para Brasília. Maurício (2012) ainda refletiu "como que a gente vive no mesmo país, mas consegue falar tão diferente, consegue comer tão diferente e

⁴³ GOMES DA COSTA, Antônio Carlos. Protagonismo juvenil: adolescência e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

consegue pensar tão diferente. Experiências como essa (do PJB) reforçam a possibilidade de abrir os horizontes de que o mundo não é apenas o que está ao nosso redor”.

Seguindo essa perspectiva da experiência cultural, Fernando (2004) trouxe uma importante percepção sobre esse processo: a questão temporal. O egresso, que participou da primeira edição do projeto, destacou que em 2004, numa época em que ainda não existia uma sociedade hiperconectada por redes sociais como hoje, ter a oportunidade de viajar e entrar em contato com estudantes de todo o Brasil foi algo extremamente impactante. Pois, essa interação e troca de experiências juntamente com outros adolescentes, o permitiu agregar diferentes visões, até mesmo em relação ao nível do debate: “o que colegas do terceiro ano, iguais a mim, estavam estudando em São Paulo, não era nada do que eu estudava no meu estado, então essa troca de informação entre adolescentes de outras regiões me fez voltar para casa e pensar: ‘Você está um pouquinho atrasado, vamos correr atrás’”.

Outro ponto interessante que o entrevistado comentou é o fato de como os estudantes do Sudeste já apresentavam uma carga de conhecimento maior acerca do processo legislativo e se destacavam na busca por lideranças, como para eleição da Mesa Diretora⁴⁴. Relatou ainda que esses estudantes já conheciam os cargos e o andamento do processo, inclusive afirmou que isso foi um dos motivos para ter tantos membros do Sudeste na mesa que foi eleita em sua edição. Para analisarmos essa hipótese, retoma-se a formação da mesa diretora de 2004 e das últimas três edições do projeto.

QUADRO 3 - FORMAÇÃO DA MESA DIRETORA POR EDIÇÃO E REGIÃO

	2020	2019	2018	2004
Presidência	Nordeste	Nordeste	Sudeste	Nordeste
Vice-presidência	Sudeste	Sudeste	Sudeste	Sudeste
1º Secretaria	Sudeste	Nordeste	Sudeste	Sudeste
2º Secretaria	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Sudeste

Fonte: Todas as Edições (PORTAL CÂMARA, 2021d)

De fato, é evidente a participação do Sudeste em cargos de liderança, como foi apresentado pela formação de Mesas Diretoras, lembrando que ainda há a presidência das comissões e dos partidos políticos. Entretanto, não havendo a possibilidade de identificar o nível de preparo dos estudantes do Sudeste, apresenta-se uma hipótese complementar. Após o

⁴⁴ Exemplo dado pelo egresso. Como detalhado no primeiro capítulo, a Mesa Diretora é responsável pela condução dos debates em um parlamento e cumpre um papel representativo no PJB.

Sudeste, a segunda região que mais teve estudantes eleitos foi o Nordeste, e essa é uma informação valiosa. Com isso, podemos identificar que os estados que mais ganham os cargos são também aqueles mais populosos, com mais vagas ofertadas no Parlamento Jovem. A maioria dos eleitos pelo Nordeste foram representantes da Bahia, estado com mais participantes na região (6 deputados jovens). Já os estados do Sudeste, os que mais se destacam são São Paulo (11 deputados jovens), Minas Gerais (8 deputados jovens) e Rio de Janeiro (7 deputados jovens). Em contraposição, muitos estados do Norte e Centro-oeste tem apenas um representante por estado, o que estatisticamente faz com que estes não tenham tanta força nas eleições.

Mesmo fazendo com que a questão quantitativa seja levada em conta, não se descarta o fato de que a região Sudeste é uma das mais desenvolvidas do país e, conseqüentemente, seus estudantes podem apresentar um envolvimento maior com temas considerados complexos, como é o caso da política. Por isso voltamos ao relato de Fernando (2004), que diferentemente dos colegas do Sudeste, confessou que se sentiu “perdido” no início da jornada parlamentar, o que foi resolvido posteriormente com o apoio da equipe da Câmara. Com a flexibilidade permitida por meio da entrevista semiestruturada, aprofundamos mais essa questão da investigação com outra pergunta. Afinal, o estudante não participou das palestras iniciais? Essas atividades, de caráter teórico, apresentam os conceitos básicos do processo legislativo e informações necessárias para o andamento da jornada parlamentar. A resposta obtida foi que não, na primeira edição do projeto não havia essa etapa, os estudantes já iam para a parte prática e defendiam seus projetos nas comissões.

Apesar do egresso até considerar que essa era a parte mais “legal”, a mudança na estruturação do projeto e a inserção de uma preparação teórica inicial aponta que os profissionais do PJB observaram a dificuldade de certos estudantes e a necessidade de retomar conceitos legislativos básicos, para até mesmo nivelar o conhecimento dos jovens, visando tornar o projeto mais igualitário. Essa teia de relações inseridas no Parlamento Jovem se apresenta como um ecossistema comunicativo (SOARES, 2011), no qual as ações nela desenvolvidas devem ser:

- I. Inclusivas (nenhum membro da comunidade pode sentir-se fora do processo);
- II. Democráticas (reconhecendo fundamentalmente a igualdade radical entre as pessoas envolvidas);
- III. Midiáticas (valorizando as mediações possibilitadas pelos recursos da informação);
- IV. Criativas (sintonizadas com toda forma de manifestação da cultura local).

Assim, as mudanças adotadas pela instituição são consideradas estratégicas e demonstram o aperfeiçoamento do Parlamento Jovem Brasileiro ao longo dos anos. É importante pontuar que a educomunicação não se faz de forma meramente espontânea, é necessário intencionalidade, pois “a construção desse novo ecossistema requer uma racionalidade estruturante: exige clareza conceitual, planejamento, acompanhamento e avaliação” (SOARES, 2011). Esses processos devem ser constantes, pois imersos na efemeridade das relações sociais ficam vulneráveis a mudanças comportamentais e eventualmente, requerem novas formas de intervenção educacionais.

Entrando na temática de espaços de comunicação, na quinta pergunta foi questionado se havia oportunidade dentro do PJB para que os estudantes pudessem se expressar e sugerir alterações no andamento do projeto caso necessário. Todos afirmaram que sim e citaram diferentes perspectivas para defenderem seu ponto. Fernando (2004) comentou como a experiência de realização do projeto também foi uma novidade para a equipe envolvida: “foi o primeiro, então tudo era um aprendizado, não só para os participantes, mas também para os coordenadores do projeto, como eles mesmos falavam”. Da mesma forma, a edição 2020 também trouxe situações nunca antes vivenciadas. Gustavo (2020) afirmou que elogiou a comunicação na edição: “Sempre dava muito espaço pra gente se tínhamos alguma sugestão. E o mais bacana é que era algo novo pra todo mundo, eles também estavam vivendo algo que ninguém sabia muito bem como lidar (pandemia) e davam espaço pra gente (sugerir). Achei isso muito massa!”.

Maurício (2012) lembrou que o projeto tem um roteiro de atividades e que não se recorda de alguém ter sugerido mudanças, mas que acredita que caso fosse necessário seria possível, pois avalia que os profissionais da Câmara eram “solícitos”, o que, inclusive, o fez lembrar do suporte que uma servidora da casa lhe deu quando era presidente de comissão. Bianca (2008), Helena (2016) e Marcela (2020) retomaram a importância do apoio regional, referente às secretarias estaduais e, consequentemente, aos servidores que acompanharam os jovens em Brasília. A participante da edição 2020 compartilhou que sempre havia alguém com quem falar e dar suporte, já a entrevistada de 2008 caracterizou a equipe da Câmara como “atenciosa”. Helena (2016) complementou falando que os participantes do projeto possuem “opinião forte” já que estão ali para defender algo que acreditam, assim, aprendem a se posicionar e se fazer ouvir. Para ela, “dentro do PJB a sua opinião é o que mais importa, porque isso que faz parte da política. Essa comunicação, do estudante se expressar e falar o que ele acha que tem que mudar, é ouvida e se tem um espaço muito grande para se abrir”.

A fim de manter a análise crítica acerca do projeto, a questão número 6 indagava se houve algum problema ou aspecto negativo que tenha ocorrido durante o PJB e o que foi feito para solucioná-lo. Essa pergunta nos permite observar o que foi alvo de insatisfação por parte dos alunos e, principalmente, o posicionamento da comissão organizadora frente aos eventuais problemas a que qualquer projeto está sujeito. Maurício (2012) e Bianca (2008) afirmaram que não observaram quaisquer problemas que tenham ocorrido, sem mais comentários. Fernando (2004), como analisado na quarta questão, se sentiu “perdido” inicialmente durante a jornada parlamentar e uma servidora o auxiliou, não somente durante o andamento do projeto, mas também chegou a enviar materiais sobre processo legislativo posteriormente. Para ele, houve uma “falha” dos analistas em relação aos estudantes que não tinham muito conhecimento sobre o assunto. Entretanto, como comentado anteriormente, a inserção de atividades teóricas preenche essa lacuna e permite que todos os estudantes apresentem o nível básico de preparo para a jornada parlamentar.

Em relação aos estudantes da edição 2020, ambos comentaram sobre a questão da pandemia, que limitou a experiência de ida a Brasília, tão aguardada pelos deputados jovens. Contudo, demonstraram reconhecer a necessidade da manutenção do modelo remoto frente à pandemia de Covid-19. Marcela (2020) até chegou a destacar um ponto positivo dessa situação, para ela isso permitiu que a jornada parlamentar durasse mais tempo, o que gerou uma “imersão” maior. Entretanto, se manteve crítica e relatou que ao final da edição, alguns colegas tiveram problemas com o recebimento de um kit de livros preparado pela equipe da Câmara, após a finalização do programa. Mesmo sendo uma questão que não envolve estritamente a instituição, considerou que o tempo de resposta da organização para resolver a situação foi demorado e poderia ter sido melhor.

Gustavo (2020) não relatou esse problema, mas compartilhou que durante o andamento do projeto houve alguns estranhamentos entre simulantes de ideologias distintas e dentro dos partidos políticos havia “infiltrados” que levavam informações para os outros partidos. Em relação ao posicionamento da coordenação, o jovem declarou que os profissionais se colocaram à disposição e foram “firmes” para tentar solucionar a situação, o que considerou importante, mas não detalhou profundamente as decisões tomadas. Ressalta-se que a “educomunicação fala de relacionamento, liderança, diálogo social e protagonismo juvenil. Posiciona-se, de forma crítica, ante o individualismo, a manipulação e a competição” (SOARES, 2011).

Questionei se acreditava que essas desavenças tinham alguma relação com o fato de a

edição ter sido realizada virtualmente, o jovem respondeu que acredita ser normal haver divergências entre pessoas com posicionamentos políticos diferentes. Entretanto, acredita que o virtual faz com que haja um distanciamento que não há nas edições presenciais, visão compartilhada entre amigos de anos anteriores. Para ele, com o virtual as pessoas podem escolher não se aproximar das outras, não seguir nas redes sociais ou mandar mensagem. Presencialmente, estão todos juntos e a interação é diária, o que faz com que todos se aproximem de alguma forma.

Helena (2016) comentou que na sua edição também teve algumas “intrigas pessoais”, que segundo a mesma não teve relação com o projeto em si, mas sim devido à convivência com pessoas com ideologias tão diferentes. Ainda afirmou que apesar de haver certas discordâncias, o diálogo foi algo que sempre se manteve e que havia o interesse coletivo de compreender mais sobre a opinião divergente, algo que considerou “saúdável”. Sem que se questionasse o caráter presencial da edição, a jovem já afirmou que “no final (da edição) estava todo mundo amigo”. Perguntei se concordava com a hipótese de que o fato de estarem juntos (presencialmente) permitia que o diálogo se mantivesse e houvesse mais proximidade que uma edição virtual, por exemplo. A estudante concordou. Esse ponto demonstra como a jornada presencial é necessária para permitir a experiência proposta pelo projeto, não somente em relação às atividades, mas também levando em consideração a integração e o respeito à diferença, princípios defendidos pela educomunicação.

A sétima pergunta questionava se o projeto gerou algum tipo de impacto ou mudança na vida dos ex-participantes. Todos afirmaram que sim, alguns trouxeram novamente a questão de estarem mais envolvidos aos acontecimentos políticos nacionais, mas muitos também ressaltaram de novo a questão da escolha de carreira. Para Maurício (2012), que inicialmente não tinha uma opinião positiva sobre a política, sua visão mudou “completamente”. Durante sua jornada escolar e acadêmica começou a ter mais protagonismo em movimentos estudantis, foi presidente de grêmio, DA (Diretório Acadêmico) e DCE (Diretório Central dos Estudantes). “Antes do PJB eu era um analfabeto político, mas depois que eu voltei tive essa guinada para entender melhor as causas sociais e contribuir de alguma maneira, me senti na obrigação de fazer algo”, comentou. O entrevistado, que seguiu carreira na advocacia, se mantém crítico quanto aos problemas políticos brasileiros, mas ressalta que essa questão não é simplista e exclusiva de uma única classe. Segundo ele, no Brasil, há legislações sólidas e que precisam de melhor aplicação, e essa é uma de suas pretensões como advogado.

Fernando (2004), como já havia comentado em outras questões, também é advogado e se especializou em direito legislativo, já tendo trabalhado em órgãos públicos e se candidatado a eleições como vereador. Marcela (2020), que já havia declarado o interesse em estudar economia e seguir carreira política futuramente, afirmou que sua participação aumentou seu interesse em pesquisar mais sobre o assunto e compartilhou que no ano seguinte será sua primeira participação em eleição, e que deseja votar com consciência. Gustavo (2020) também quer continuar seus estudos na área, pretende cursar jornalismo, mas alegou que a política é uma das suas áreas de interesse e que deseja continuar envolvido de alguma forma: “Sou apaixonado por política. Eu já vi a política mudar a vida das pessoas se é feita de forma correta. O processo é mais demorado no poder público, mas quando ele acontece, você vê a vida das pessoas mudarem”.

Bianca (2008), por exemplo, comentou que após o PJB um vereador de sua cidade apresentou o projeto de lei elaborado por ela na Câmara Municipal e foi aprovado. A entrevistada comentou com orgulho sobre como o projeto funciona até hoje, o que impacta diretamente a realidade dos habitantes do município. A adoção dos projetos de lei por representantes eleitos, como discutidos no capítulo 1, também manifesta uma conquista de espaço de participação. Afinal, a partir das necessidades e sugestões da população, sancionou-se uma lei que atendesse a essas demandas. Esse tipo de ação torna o processo legislativo mais democrático à medida que integra o povo nas discussões políticas.

Por fim, Helena (2016) observou que todos os deputados jovens saem da simulação animados com a política, porém seguir essa carreira nunca foi seu sonho. As mudanças geradas foram mais de cunho pessoal, alegou que mudou suas escolhas políticas como cidadã, a forma como vota e a aceitação de opiniões contrárias. “Mesmo que eu não tenha ido para a política, a minha visão hoje em dia se eu precisasse entrar na política é muito mais ampla”, comentou confiante.

Já a oitava pergunta, como apresentado no início deste capítulo, foi diferente de acordo com a edição no qual o egresso participou. Isto porque, com os participantes das outras edições, queríamos investigar se os impactos gerados pela experiência no PJB se manifestam a longo prazo, aspecto este que os estudantes de 2020 não poderiam responder. No entanto, com os participantes da edição 2020 foi avaliada a reorganização do projeto para o formato remoto.

Sobre a primeira opção, feita para os estudantes das demais edições, todos afirmaram que sim, os aprendizados obtidos durante o projeto se manifestam a longo prazo. Todos

relatarem a questão de incentivar o interesse em pesquisar mais sobre o assunto, Bianca (2008) complementou que o projeto é um grande orgulho para os participantes e que engaja os envolvidos a estudar e fazer a diferença, seja na sua cidade, estado ou até mesmo no país. Para Fernando (2004) e Maurício (2012), além da questão cidadã, o PJB influenciou diretamente na escolha de suas carreiras, algo que mantém até hoje. Isso demonstra como o Parlamento Jovem é uma profunda experiência de aprendizado, de modo que incentiva os jovens a seguirem pesquisando sobre o assunto e se aprofundando na temática mesmo após anos de terem participado do programa.

Já na segunda opção, feita para os estudantes da edição 2020, os egressos avaliaram positivamente as decisões tomadas pela equipe da Câmara. Gustavo (2020) disse que a ida à Brasília era a parte mais esperada por todos, mas que os participantes compreenderam seu cancelamento: “A gente via o empenho da coordenação em fazer o melhor e recompensar a gente pode não ter ido a Brasília. Não tenho nada a reclamar, vejo que fizeram tudo que estava nas mãos deles”.

Marcela (2020) seguiu a mesma perspectiva e compartilhou que a pandemia foi uma “surpresa para todos”. Mas que apesar disso, a coordenação conseguiu se adaptar e criar plataformas adequadas, chegou até a elogiar os sites (Portal Câmara com as informações organizadas e PJB Participe com as ferramentas). Contudo, reconheceu que o “fórum” (ferramenta Expressão) não foi muito utilizado. Para ela, isso se deu por se tratar de uma interação não muito dinâmica, com respostas demoradas. Essa questão já havia sido abordada no capítulo 3, no qual se defendeu a hipótese que os estudantes preferiam espaços de comunicação mais interativos e instantâneos, como as redes sociais. Questionei se a estudante concordava com a hipótese e a jovem afirmou que sim, compartilhou que nos grupos de Whatsapp os simulantes “ficavam conversando o dia todo”.

Outra questão levantada foi a disponibilidade de tempo: segundo a estudante, com o conciliamento da jornada parlamentar juntamente com outras demandas escolares, a jovem teve que priorizar algumas atividades. Isso fez com que não se engajasse em algumas atividades que pretendia, como a disputa pela Mesa Diretora. Provavelmente, caso a simulação tivesse acontecido presencialmente, é possível que a deputada jovem tomasse um posicionamento diferente. Mesmo tendo elogiado a adaptação ao formato remoto e a ampliação da jornada, é inegável que a edição virtual traz mudanças no comportamento dos deputados jovens, pois não a tinham como única prioridade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia analisou-se o Parlamento Jovem Brasileiro, projeto de simulação parlamentar para jovens do ensino médio de todo o Brasil, ofertado pela Câmara dos Deputados. Após a apresentação e descrição do programa, foi definido como objetivo de pesquisa responder à seguinte questão: “Se e como o Parlamento Jovem Brasileiro se constitui como um projeto de educomunicação?”. Para isto, foram utilizadas três técnicas de pesquisa: bibliográfica, a observacional, por meio da descrição e análise dos espaços de participação do PJB, e entrevistas semiestruturadas para resgatar as experiências e percepções dos ex-participantes do projeto.

Assim, no referencial teórico, foi apresentada uma importante discussão acerca da crise das democracias representativas, no qual se pontuou o distanciamento da população em relação às instituições democráticas, que passam a ser vistas com desconfiança e falta de credibilidade. A fim de corrigir esse distanciamento dos cidadãos, o parlamento brasileiro ampliou os espaços de participação popular. Entre eles, estão os programas educativos, pois se entende que a falta de conhecimento acerca do processo legislativo e dos mecanismos próprios da política seja uma das causas para a apatia dos cidadãos em relação às organizações públicas. Assim como defendido por Maria Victoria Benevides (1994), a educação política do povo é tida “como elemento indispensável - tornando-se causa e consequência - da democracia e da cidadania”.

Partindo desse princípio, o PJB também pode ser considerado como espaço de participação, pois como citado anteriormente, “a participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder. Quando se promove a participação deve-se aceitar o fato de que ela transformará as pessoas, antes passivas e conformistas em pessoas ativas e críticas” (BORDENAVE, 1994). Essa confirmação se deu por meio dos relatos dos egressos do Parlamento Jovem, que antes eram distantes da política, mas passaram a pesquisar mais sobre o assunto e se apropriar dos seus direitos como cidadãos.

Mas para além da experiência dos participantes do projeto, foram analisados outros espaços em que a educomunicação se faz presente, desde a proposta de formação dos coordenadores estaduais em Brasília até ferramentas disponíveis para a população em geral, como o site do PJB no Portal Câmara, o PJB Participe e as redes sociais do projeto. Todas essas plataformas se propõem a manter um diálogo com o público, compartilhar conceitos

sobre o processo legislativo e a educação para a democracia, além de prezar por valores próprios da comunicação pública, como o direito à informação e transparência.

Acerca das entrevistas, última etapa de análise desta monografia, compreendeu-se que a maioria dos participantes ao entrar na simulação conheciam muito pouco sobre o processo legislativo ou até mesmo a política. Entretanto, todos os entrevistados avaliaram a experiência como positiva e trouxeram diversos exemplos de como essa oportunidade impactou a vida deles posteriormente, afirmando que aprenderam bastante e modificaram a visão que possuíam acerca dessas temáticas.

O que mais citaram foi o interesse em pesquisar mais sobre o assunto, o que se alinha ao conceito de cidadania ativa (BENEVIDES, 1994), já abordado neste trabalho, no qual o cidadão migra de uma perspectiva passiva de mero portador de direitos e deveres para o empoderamento de novas formas de intervenção social. Esse aspecto demonstra a capacidade de formação contínua e autônoma incentivada pelo Parlamento Jovem Brasileiro, no qual seus egressos continuam se aperfeiçoando e acompanhando os acontecimentos da esfera pública com mais proximidade após a experiência no programa. Inclusive, os egressos de edições antigas do projeto afirmam que os ensinamentos iniciais adquiridos no projeto se manifestam a longo prazo e continuam influenciando ações mais cidadãs em seus cotidianos.

Ainda sobre a análise das respostas, um ponto de grande relevância foram os conhecimentos obtidos para além do processo legislativo, proposta principal ofertada pelo programa. A questão que mais apareceu nas respostas foi o contato com a diversidade cultural do projeto. O processo conjunto de aprendizagem aproxima estudantes de realidades tão distintas no Brasil, que permite que os simulantes percebam a relevância e a riqueza que existe de Norte a Sul do país e também possibilita que aprendam a dialogar com grupos tão diversos, assim como proposto pela política. Essa discussão também possui total relação com cidadania, que “se efetiva na medida em que o processo educativo se amplia e se redimensiona, o que também ativa nos alunos comportamentos ou atitudes reflexivas críticas sobre os acontecimentos que os cercam” (MORIGI, 2014).

Também foi observada a comunicação presente dentro do projeto, verificando se havia possibilidade dos alunos se expressarem e proporem sugestões, caso necessário. Lembrando que não defendemos uma visão instrumental dos meios de comunicação, pois entende-se que “o que importa não é a ferramenta disponibilizada, mas o tipo de mediação que elas podem favorecer para ampliar os diálogos sociais e educativos” (SOARES, 2011). O resultado foi positivo, os entrevistados afirmaram que a equipe da Câmara se mostrou disposta a atender as

demandas provenientes dos simulantes e alguns também destacaram o papel dos coordenadores estaduais, mesmo sem citar algum mecanismo específico.

Esse espaço de diálogo foi fundamental principalmente na edição 2020, última simulação a ser realizada e que sofreu diversas modificações devido à pandemia de Covid-19. Ambos os estudantes que participaram da edição demonstraram desapontamento com o fato de a viagem a Brasília ter sido cancelada, mas concordaram com as justificativas. Além disso, apontaram satisfação com as decisões tomadas pela equipe da Câmara para adaptação do formato virtual e chegaram a reconhecer que era uma situação inesperada para todos, até mesmo para os profissionais envolvidos, então a comunicação foi essencial nesse processo.

Concomitantemente, estabelecendo uma relação entre a pedagogia e o PJB e seguindo as considerações feitas por Ismar de Oliveira Soares (2011) sobre a educomunicação nos distintos âmbitos da prática educativa, podemos entender o PJB no:

Âmbito transdisciplinar, propondo que os educandos se apoderem das linguagens midiáticas, ao fazer uso coletivo e solidário dos recursos da comunicação tanto para aprofundar seus conhecimentos quanto para desenhar estratégias de transformação das condições de vida à sua volta, mediante projetos educacionais legitimados por criatividade e coerência epistemológica. (SOARES, 2011, p. 19)

Essa afirmação se alinha ao conceito de cidadania, apresentado diversas vezes durante o trabalho. Entende-se que a integração e emancipação dos estudantes, por meio do PJB e dos mecanismos de educomunicação, faz com que estes sejam integrados às discussões sociais e se empoderem quanto aos seus direitos. Assim, o fenômeno se redimensiona numa busca constante por novas formas de autonomia e luta por direitos, mediados por uma visão crítica do mundo. A inserção dos jovens nas pautas políticas representa uma conquista de cidadania, assim como observado em outros projetos de educomunicação:

Os jovens participantes desses projetos apontam o desejo de encontrar nas possibilidades de produção da cultura, através do uso dos recursos da comunicação e da informação, os sonhos cotidianos e a transformação da realidade local. Eles se abrem para a compreensão crítica da realidade social e ampliam seu interesse em participar da construção de uma sociedade mais justa, confirmando sua vocação pela opção democrática de vida em sociedade. Tudo isso porque a participação os levou a maior conhecimento e a maior interesse pela comunidade local, inspirando ações coletivas de caráter educacional. (SOARES, 2011, p. 31)

Diante dos argumentos, verifica-se que o Parlamento Jovem Brasileiro é um projeto de educomunicação. Contudo, é necessário um olhar crítico, e aqui se destaca que o programa não pode ser pensado como um amplo plano de formação, visto que para isto se faz necessário um modelo de implementação universal, no qual, sistematicamente, fosse ofertada a toda população brasileira a oportunidade de participação. Entretanto, o PJB pode ser compreendido

como uma proposta sólida de educação política, oferecendo um eficaz modelo de formação crítica e fomento à cidadania, estruturado sob princípios educacionais. Por isso, deixamos como sugestão a necessidade de ampliação dessa modalidade, em alinhamento com o Ministério da Educação para promoção da educação cidadã no país. Assim como sugere Soares (2011), é importante esclarecer que a educomunicação não pode ser entendida somente como uma “experiência alternativa” e sim, deve começar a ser pautada e firmada nacionalmente como uma política pública educacional.

Por fim, conclui-se que a experiência do Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados manifesta seu propósito educacional, o que contribui ativamente para ampliação dos estudos na área. O destaque do projeto se encontra na sua proposta de formação cidadã e incentivo à participação popular, valores estes fundamentais para manutenção e fortalecimento da democracia.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. **Educomunicação**. 2021. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/educomunicacao>. Acesso em: 03 ago. 2021.

ALMEIDA, Lígia Beatriz Carvalho de. **Projetos de intervenção em educomunicação**. 2016. Disponível em: http://issuu.com/ligiacarvalho77/docs/as_reas_de_intervencao_da_educo/1>. Acesso em: 02 ago. 2021.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 33, p. 5-16, 1994.

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação para a Democracia. **Versão resumida de conferência proferida no âmbito do concurso para Professor Titular em Sociologia da Educação na FEUSP**, 1996. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/mariavictoria/mariavictoria_educademocracia.html>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BOCCHINI, Bruno. Agência Brasil. **Após um mês de ocupação das escolas, estudantes de SP continuam nas ruas**. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/apos-um-mes-de-ocupacao-das-escolas-estudantes-de-sp-continuam-nas-ruas>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BONIFÁCIO, Robert. A participação política no Brasil. **Debate, Belo Horizonte**, v. 4, 2012.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Ato da Mesa nº 49, de 25 de outubro de 2004. Aprova o Regimento Interno do "Parlamento Jovem Brasileiro", instituído pela Resolução nº

12, de 18 de novembro de 2003, e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, p. 46105, 26 nov. 2004.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Resolução nº 12 de 18 de novembro de 2003. Dispõe sobre a criação, no âmbito da Câmara dos Deputados, do "Parlamento Jovem Brasileiro" e dá outras providências. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, p. 62498, 19 nov. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CORROCHANO, Maria Carla; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana AA. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes?. **Laplage em Revista**, v. 4, n. 1, p. 50-66, 2018.

DENZIN, Norman Kent.; LINCOLN, Yvonna Sessions e colaboradores. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**. 2. ed: Penso, 2006.

GAMA, Pedro. **#PJB Muda Sua Vida - Pedro Gama**. 11 fev. 2021. Instagram: @parlamentojovembrasileiro. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CLKiWdFFgaK/>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KIERECZ, Marlon Silvestre. A crise da democracia representativa no Brasil. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito-PPGDir./UFRGS**, v. 11, n. 2, 2016.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Democracia deliberativa, pobreza e participação política. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 183-198, 2007.

MAIA, Rodrigo. Agência Câmara de Notícias. **Estudantes tomam posse no Parlamento Jovem Brasileiro**. Carta enviada para posse remota dos deputados jovens do Parlamento Jovem Brasileiro 2020. 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/705550-estudantes-tomam-posse-no-parlamento-jovem-brasileiro/>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

MARTINI, Rafael Gué. Educomunicador como agente de integração das Tecnologias de Informação e Comunicação na escola. 2019.

MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antonio Teixeira de. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, p. 49-78, 2018.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

MEDINA, Cremilda de A. Entrevista: O diálogo possível. São Paulo: Ática, 1995.

MELO, Maria Raquel Mesquita. Educação política para a cidadania: a contribuição da Câmara dos Deputados. **Monografia apresentada para aprovação no curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo da Câmara dos Deputados**, 2008.

MORIGI, Valdir José; CORRÊA, Franciele Zarpelon; GUINDANI, Joel Felipe. Mídias Escolares: a cidadania na prática da Educomunicação. **Comunicação & Educação**. São Paulo. Vol. 19, n. 2 (jul./dez. 2014), p. 51-59, 2014.

NETO, Lobbe. **Projetos Apadrinhados**. 21 ago. 2020. Instagram: @parlamentojovembrasileiro. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CEKnWUrFNzu/?igshid=1dcehumioxoni>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

ODILLA, Fernanda. BBC News. **5 anos depois, o que aconteceu com as reivindicações dos protestos que pararam o Brasil em junho de 2013?** 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO. **Página Inicial.** 2021. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem>>. Acesso em: 30 out. 2021.

PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO. **#projetosadotados #trabalho #pjb2018.** Brasília. 04 set. 2020. 2020a Instagram: @parlamentojovembrasileiro. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CEuqj24lS_e/?igshid=hemsowe5bsfg>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO. **Projetos Apadrinhados.** 21 ago. 2020. 2020b. Instagram: @parlamentojovembrasileiro. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CEKnWUrFNzu/?igshid=1dcehumioxoni>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

PARTICIPATÓRIO – Observatório Participativo da Juventude. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2013.

PASSOS, Leandro. **Balanco da pré-seleção estadual PJB 2020.** Discurso do professor durante a live sobre a pré-seleção estadual. 14 ago. 2020. Instagram: @parlamentojovembrasileiro. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CD4lctul4eu/?igshid=1xzo3y2jn9qnl>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

PJB PARTICIPE. Câmara dos Deputados. 2020. Disponível em: <https://midias.camara.leg.br/pjb/participe/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PORTAL CÂMARA. Agência Câmara de Notícias. **Câmara lança novo formato de participação popular em projetos de lei.** 2019a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/584534-camara-lanca-novo-formato-de-participacao-popular-em-projetos-de-lei/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

PORTAL CÂMARA. Câmara dos Deputados. **Ficha de Tramitação PL 1186/2015**. 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1212602>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

PORTAL CÂMARA. Câmara dos Deputados. **Ficha de Tramitação PL 645/2019**. 2019b. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191686>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

PORTAL CÂMARA. Parlamento Jovem Brasileiro. **Guia do PJB 2020**. 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/arquivos/guia-do-pjb-2020-mudancas-covid-19>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

PORTAL CÂMARA. Parlamento Jovem Brasileiro. **Jornada Parlamentar**. 2021a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/o-que-e-o-parlamento-jovem-brasileiro/jornada-parlamentar>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

PORTAL CÂMARA. Parlamento Jovem Brasileiro. **Projetos Apadrinhados**. 2021b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/sou-estudante/projetos-pjb/projetos-apadrinhados>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

PORTAL CÂMARA. Parlamento Jovem Brasileiro. **Quem somos**. 2021c. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/quem-somos-1>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

PORTAL CÂMARA. Parlamento Jovem Brasileiro. **Todas as edições – 2004 a 2020**. 2021d. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem/edicoes-anteriores>>. Acesso em: 20 out. 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação – o conceito, o profissional, a aplicação: Contribuições para a reforma do Ensino Médio**. São Paulo: Editora Paulinas, 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, n. 19, p. 12-24, 2000.

WIKILEGIS. Câmara dos Deputados. 2020. Disponível em: <https://midias.camara.leg.br/pjb/wikilegis/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

APÊNDICE

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1. Como era sua relação com o processo legislativo e com a política antes do PJB?
2. Como foi a experiência de participação no PJB para você?
3. Suas percepções acerca do processo legislativo e da política mudaram? De que forma?
4. Houve algum aprendizado além do processo legislativo? Se sim, qual?
5. Você considera que houve espaço de comunicação, durante o PJB, para que os estudantes pudessem se expressar, serem ouvidos e sugerirem alterações caso necessário? De que forma?
6. Houve algum problema ou aspecto negativo que ocorreu, com você ou outros participantes, durante o projeto? O que foi feito para solucioná-lo?
7. Sua participação no projeto gerou algum tipo de impacto ou mudança na sua vida posteriormente? Caso sim, o que seria?
8. (Para egressos de outras edições) Acredita que os aprendizados obtidos durante o projeto se manifestam a longo prazo?

(Para egressos de 2020) A edição 2020 sofreu diversas mudanças devido à pandemia de Covid-19. Como você avalia as soluções encontradas pela equipe da Câmara diante da reorganização da edição virtual e os eventuais desafios que uma edição remota traz?